



Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivô Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonesé - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Botko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 72.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1993**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achar-se ausente o Senhor Deputado: Cleiton Kielse (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 505/GAB/93, do Senhor José Afonso Júnior, Secretário Especial de Esporte e Turismo, em resposta ao Pedido de Informações do Deputado Algaci Túlio, que pede esclarecimentos sobre "Publicidade de Atos Oficiais". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 4361/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier à Governadoria do Estado, que pede esclarecimentos sobre "Convênio Firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Rio Negro, visando o levantamento cartográfico da Região". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 196/93-GS, do Senhor Erickson Diotallevi, Secretário de Estado da Comunicação Social, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Mário Bezerra, que pede esclarecimentos sobre "Gastos do BANESTADO para publicação de balanço pela Agência INTERAMERICANA - Propaganda S/C LTDA.". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1437/93, do Senhor Rafael Tatrauro - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que através da Resolução nº 17.935/93, de 06 de julho corrente, foi homologado pelo Plenário do Tribunal, os cálculos das quotas do ICMS para o presente exercício financeiro. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/195, 196 e 197/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei nºs 395/92 e 257/92, por julgá-los inconstitucionais, e Projeto de Lei nº 018/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, uma vez que a matéria nele versada independe de lei. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/191, 192, 193, 194, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

297/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati que, declara de Utilidade Pública o Centro de Trabalho Social e Atendimento ao Idoso de Londrina - CENTRASIL, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 10.422. Anote-se - Arquite-se.

018/91: De autoria do Deputado Djalma de Almeida César que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora das Graças, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.423. Anote-se - Arquite-se.

203/93: De autoria do Deputado Algaci Tú-

lio que, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.510, de 30/06/87, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Educação, Pais e Educadores, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.424. **Anote-se - Arquivo-se.**

245/93: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE, com sede e foro no município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 10.425. **Anote-se - Arquivo-se.**

176/93: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que, autoriza a doação do imóvel que especifica, ao município de Matinhos, para construção do Hospital Municipal, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.395. **Anote-se - Arquivo-se.**

174/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Ourizona - Paraná, com sede no Município de Ourizona e foro no município de Mandaguçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.396. **Anote-se - Arquivo-se.**

240/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati que, declara de Utilidade Pública a Creche Quadrangular, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.397. **Anote-se - Arquivo-se.**

175/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, autoriza a doação da área de terra que especifica, ao Município de Alvorada do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.398. **Anote-se. Arquivo-se.**

187/93: De autoria do Deputado Renato Adur que, de Utilidade Pública a Creche Maria Aparecida de Lima, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.399. **Anote-se - Arquivo-se.**

271/93: De autoria do Deputado Toti Colaço que, declara de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.400. **Anote-se - Arquivo-se.**

205/93: De autoria do Deputado Paulo Maia que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Residencial Buriti, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.401. **Anote-se. Arquivo-se.**

248/93: De autoria do Deputado Oswaldo Trevisan que, declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Promoção ao Menor Nossa Senhora das Graças, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.402. **Anote-se - Arquivo-se.**

241/93: De autoria do Deputado Carlos Simões que, declara de Utilidade Pública a Jovens com Uma Missão-JOCUM com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.403. **Anote-se - Arquivo-se.**

213/93: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação Coro Itálico do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.404. **Anote-se - Arquivo-se.**

185/93: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que, denomina "Cadeia Pública Delegado Hildebrando de Souza", a Cadeia Pública de Ponta Grossa, localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, no mesmo Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.405. **Anote-se - Arquivo-se.**

242/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis, com sede e foro no referido município, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.406. **Anote-se Arquivo-se.**

247/93: De autoria do Deputado Oswaldo Trevisan que, declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Menino Jesus, com sede e foro na Vila Isabel, em Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.407. **Anote-se - Arquivo-se.**

238/93: De autoria do Deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Comunidade Cristã de Recuperação de Vida - CANAA - com sede e foro no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.408. **Anote-se - Arquivo-se.**

191/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, declara de Utilidade Pública o Expressinho Clube de Futebol, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.409. **Anote-se - Arquivo-se.**

221/93: De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa que, declara de Utilidade Pública as Obras Sociais Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no Município de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, o qual

convertido em lei tomou o n° 10410. **Anote-se - Arquite-se.**

210/93: De autoria do Deputado Namir Piacentini que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Cândida, com sede e foro na cidade de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.411. **Anote-se - Arquite-se.**

211/93: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk que, declara de Utilidade Pública a Fundação Avelino Piacentini/FAP, entidade privada sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Campo Mourão - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.412. **Anote-se - Arquite-se.**

268/93: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Creche Esperança, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.413. **Anote-se - Arquite-se.**

263/93: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Adrianópolis, com sede e foro no município de Adrianópolis - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.414. **Anote-se - Arquite-se.**

237/93: De autoria do Deputado Edson Silva Lino que, declara de Utilidade Pública a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC, com sede e foro na cidade de Curitiba - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.415. **Anote-se - Arquite-se.**

273/93: De autoria do Deputado Arlindo Troian que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Rica, com sede na cidade de Terra Rica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.416. **Anote-se - Arquite-se.**

223/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, denomina Nestor Ananias da Cruz, a ligação rodoviária entre o Município de Jaguapitã e o de Guaraci - PR-340, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.417. **Anote-se - Arquite-se.**

216/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, autoriza a cessão de imóvel que especifica, ao Município de Itambé, o qual convertido em lei tomou o n° 10.418. **Anote-se - Arquite-se.**

258/93: De autoria do Deputado Elio Lino Rusch que, declara de Utilidade Pública a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal - APAE, com sede e foro na cidade de Missal, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.419. **Anote-se - Arquite-se.**

222/93: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, dá nova redação ao art. 1° da Lei n° 9.910, de 19.03.92, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do conjunto Saturnino de Brito, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.420. **Anote-se - Arquite-se.**

294/93: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk que, declara de Utilidade Pública a Creche Santa Rita de Cássia, com sede e foro na cidade de Bandeirantes - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.421. **Anote-se - Arquite-se.**

Telex:

TELEX

Retificado meu telex 1258/93 do dia 3 último, comunico V. Exa. que minha viagem oficial a Assunção, Paraguai, será durante os dias 13, 14 e 15 corrente, para que irei a fim de tratar assuntos relacionados com MERCOSUL e participar da posse do Presidente Juan Carlos Wasmosy. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o adiamento por uma (1) sessão do Projeto de Lei n° 370/93, que encontra-se na Sessão do dia de hoje.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por dez sessões, do Projeto de Lei n° 082/93, de sua autoria, que dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 2836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das Proposições n°s 025 e 026/93 constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 2838

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Senhoria a minha ausência nas Sessões Plenárias dos dias 11 e 12 por estar em viagem pelo interior do Estado, como membro da CPI do Bóia Fria.

Sala das Sessões, 10.08.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Marchiori Razera, ocorrido no dia 8 de agosto do corrente ano, na Cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Conselheiro Jesuino Marcondes, n° 1.420, na Cidade de Castro/PR.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 8 de agosto de 1993, faleceu a Senhora Maria Marchiori Razera, seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

Hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família votos de pesar, rogando à Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 2803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

concedido um voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria Augusta Bueno Gomes, mais conhecida como Dona Mariquinha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

A Senhora Maria, era casada com o Senhor Sebastião Agostinho da Silva Gomes, tinha como filho o Senhor Jairo Gomes, casado com Vilma Gomes, deixa também 3 netos e 7 bisnetos.

A morte de Dona Mariquinha deixará muita saudades, não somente na família, mas também na sociedade ponta-grossense, por ser uma pessoa prestativa e caridosa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, em nome de seu esposo, o Senhor Francisco e de seu filho o Senhor Jairo, à Rua Comendador Miró, 1105, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Edgar Lazarotto de Oliveira, ocorrido em Ponta Grossa, dia 08 próximo passado.

O Senhor Edgar deixa a sua esposa e mais três filhos enlutados perante sua falta.

A família e a sociedade ponta-grossense irão sentir grande falta desta pessoa de alta estima e elevado caráter.

Requer ainda, que a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Paula Xavier, 1446, Ap. 03, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 390/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Pró-Criança, com sede e foro na Cidade de Londrina - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Pró-Criança, com sede e foro na Cidade de Londrina-PR, tem por objeto atender crianças da faixa etária de 02 a 07 anos, oriundas de familiares carentes da comunidade, proporcionando-lhes

uma maior interação, socialização, alimentação, educação e lazer.

A entidade é dotada de personalidade jurídica, e há anos vem desenvolvendo importante trabalho na vida social dos menos favorecidos.

Conforme consta no documento apenso, as funções de direção são exercidas voluntariamente, não sendo remuneradas.

A proposta de declaração, de Utilidade Pública a esta Associação, visa reconhecer o esforço desenvolvido pela mesma na realização de um trabalho harmônico e integrado, proporcionando o bem-estar à coletividade.

PROJETO DE LEI N° 391/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção a Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 10.08.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A A.P.M.I. Associação de Proteção a Maternidade e à Infância de Prudentópolis, fundada em 13.04.1948, tem por finalidade a proteção e assistência a maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante.

Por tratar-se de atividades das mais nobres é que solicitamos dos nobres pares sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná tem na data de hoje a comemoração do 139° aniversário da Corporação da Polícia Militar do Estado. Queremos neste dia, apesar dos percalços, das dificuldades e principalmente do mau soldo recebido pelos Srs. servidores daquela força pública, externar em nome do poder desta Casa os cumprimentos àquela corporação. Não serão tão somente alguns senões que farão com que o povo do Paraná não reconheça naquela instituição uma das suas partes da sua família ou melhor, a melhor parte de segurança deste Estado.

É o policial militar que é o primeiro que chega na ocorrência quando ela é registrada e é o primeiro que também leva

acima de qualquer outra força de segurança todos os percalços que lhe são destinados pela função que desempenha.

Neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também condenando aqueles deslizes que alguns poucos fizeram com que a Polícia Militar fosse manchete em diversas ocasiões a este Estado, reconhecemos que a sua grande maioria é composta com gente mesmo não recebendo aquilo que lhe é direito, tem demonstrado através da ação efetiva que são homens voltados aos interesses realmente da família do Paraná. E neste instante incorporamos a esta saudação para uma revisão de salários, de soldos, principalmente da patente de capitão abaixo, porque de capitão acima os seus soldos estão realmente melhorados desde a última revisão feita, mas aí até o soldado a Polícia Militar está realmente aquém daquilo que lhe é direito.

O segundo assunto, cumprimento na pessoa do Domingos Faustino, o nosso ilustre e grande companheiro do vizinho Município de Castro que nos honra no dia de amanhã com a instalação da EMFAP de Ponta Grossa.

Pasmem Srs. Deputados e Sr. Presidente, e a imprensa aqui credenciada, Ponta Grossa da nossa época como Prefeito a segunda Cidade do Paraná, tinha na nossa gestão e por gestões anteriores a nossa, ali ia ser efetivada a feira pela qual atraía a todo Paraná e parte do Brasil naquela feira de exposição aonde o seu parque industrial, a capital mundial da soja deste quadrante do Brasil, fazia com que o Brasil fosse respeitado pelas indústrias ali instaladas.

Ponta Grossa foi, é e sempre será um pólo atrativo de grandes indústrias, infelizmente as administrações que sucederam Luiz Carlos Zuk fizeram com que o parque de exposições que lá estava há mais de uma dezena de anos assentado em plena execução fosse ele transferido a um terreno do Exército emprestado e ali este próprio terreno por requisição das Forças Armadas fosse tomado o parque de exposição de Ponta Grossa e as administrações não tiveram a competência suficiente e principalmente a clarividência de olhar a frente de seus narizes, tanto a administração que me sucedeu como a outra e como a atual, não deram a Ponta Grossa condições mínimas para ter um parque de exposições.

E, hoje, Senhores Deputados, mais precisamente amanhã, às 16:30 h, Ponta Grossa emprestando do vizinho, o Município de Castro, na pessoa do Prefeito Rivadavia Menarin (sic!) irá fazer sua exposição agroindustrial lá na Cidade que nos empresta, temporariamente, o Parque de Exposições.

É uma vergonha a Cidade! É uma vergonha a sua administração! Mas, não é uma

vergonha o seu povo, que infelizmente errou na escolha dos administradores que nos sucederam. Acredito eu e tenho a certeza de que mais este fato haverá de pesar na próxima eleição, aonde alguém de direito e de fato faça com que Ponta Grossa seja respeitada, que suas indústrias sejam realmente analisadas naquele sentido de Ponta Grossa e de Paraná, e não faça com que precise Castro emprestar à nossa Cidade, aonde a Associação Comercial, de joelhos, aonde a sociedade rural, sentada, aonde todos irmanamente fazem o crescimento sócio-econômico da Cidade e a Prefeitura, através dos ex-Prefeitos e do atual, nada fez para que Ponta Grossa tivesse aquilo que Castro nos empresta.

Tenho, neste instante, para vergonha nossa, que representamos aquele Município, dizer que esta vergonha será passageira. Se esta administração não o fizer, eu tenho a certeza de que a outra administração dará de volta a Ponta Grossa aquilo que ela merece.

O Sr. Plauto Miró Guimarães: V.Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que não cabe aparte em Pequeno Expediente. Solicito ao orador que usa da Tribuna que conclua o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu queria usar a parte do Horário da Liderança do PDT e conceder o aparte ao ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães, que conosco juntamente com o Deputado Djalma e o Deputado Machuca, representa a nossa Cidade.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (aparte):

Nobre Deputado, na questão de tudo isso que se falou, falou-se a verdade. Só que na atual administração, eu tenho a lhe dizer que tenho acompanhado as negociações do atual presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, onde hoje mesmo em contato com ele, contou-me que dentro dos próximos dias terão mais uma reunião com o atual Prefeito, Paulo Cunha Nascimento, da onde junto com o Município, eles desejam e têm certeza de que irão conseguir o terreno para ali se começar a construir o Parque de Exposições, que como V.Exa. mesmo falou, desde quando V.Exa. foi Prefeito de Ponta Grossa, foi a última exposição dentro do antigo Parque de Exposições Augusto Ribas. A partir disso passou para o novo Parque, aonde foi construído em cima de um comodato feito com o Exército, e a partir daí alguma das partes não cumpriu o seu lado e com isto o Exército tomou conta deste Parque de Exposições. E a partir daí a discussão veio entre o Município e a So-

ciedade Rural para que se conseguisse construir um novo Parque. E o Prefeito Paulo Cunha Nascimento está se colocando, junto com a sociedade rural, mostrando a vontade que tem de que na administração dele se comece este novo Parque de Exposições.

Vamos acompanhar esta Exposição dentro do Município de Castro, aonde posso lhe dizer que nos entristece muito. E eu, pessoalmente, sendo produtor, vendo a nossa Cidade, uma Cidade pólo, aonde sempre teve o Centro dos produtores de toda a região, que ali expunham seus animais, a indústria ali estava presente, mostrando tudo o que ela produz. E, hoje, nós vamos ter que ir até Castro. Mas, se Deus quiser e tenho certeza que o Prefeito Paulo Cunha, junto com a sociedade rural, com o Miguel de Paula Xavier, filho do nosso companheiro José Olímpio de Paula Xavier, juntos realizem esta obra, neste ano, comecem para que no próximo ano a exposição seja realizada dentro do nosso Município de Ponta Grossa, no novo Parque de Exposições. Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o aparte do Deputado Plauto Miró Guimarães, e rememoro, nesta ocasião, o seu falecido pai, o Grande Prefeito que Ponta Grossa teve, que foi o Plauto, que deu a nossa Cidade, realmente, aquela condição pela qual por muitos e vários anos, nós que descendemos do nascimento ali de Ponta Grossa, vimos aquela pujança e aquele espírito realmente que trazia aquele bairrismo integrado na administração pública quando aquela pessoa passou pelo poder maior da nossa cidade. E vejo com satisfação hoje o seu filho aqui assentado como Deputado, colega nosso, tendo essa imbuição e o desejo da participação que o atual Prefeito devolva à cidade aquilo que lhe foi tirado. E me associo à sua pessoa Plauto, e me coloco, e tenho a certeza como o Deputado Djalma de Almeida Cesar e o próprio Deputado Machuca, haveremos de juntos ajudar o atual Prefeito, a sociedade rural, Miguel de Paula Xavier, se essa for a intenção realmente de devolver à cidade aquilo que as duas outras administrações tiraram do seio de Ponta Grossa.

Mas eu queria Sr. Presidente, agora já entrando no horário do PDT, fazer com que esta Casa uma vez mais voltasse ao assunto de uma matéria publicada pelas notícias da Bancada do PT, informativo semanal do gabinete do Deputado Ovídio Constantino, que nós respeitamos e gostamos, mas temos a certeza, como mostramos a ele, que não foi não a denúncia feita por qualquer pessoa e principalmente pelo Deputado Rosinha nesta Casa e aí fora da Casa que fez com que o Prefeito Jaime Lerner, o eterno Prefeito

de Curitiba e o futuro Governador do Estado do Paraná, fosse um secretário fantasma da Prefeitura desta Capital. Eu creio que fantasma Sr. Deputado Rosinha, e Srs. Deputados e Sr. Presidente, fantasma é aquele que não quer enxergar o que a realidade mostra, Jaime Lerner foi realmente nomeado através desse decreto que o Nobre Deputado cita sem ônus algum para continuar ajudando a administração que ele indicou e que ele fez com que vencesse as eleições desta Capital. Nada tira o mérito do Doutor Rosinha ter competido na última campanha eleitoral, e os senhores curitibanos, através dos sufrágios a ele dirigidos, desse uma amostra realmente de quem seria o dirigente da Capital do Estado do Paraná.

O que nos entristece Srs. Deputados é que uma notícia como esta, que não traz nada de somatória ao Paraná, que não faz com que aquela presença do Ilustre Deputado que também defende nesta Casa os interesses do nosso Estado, uma notícia como esta vai realmente em desencontro àquele trabalho desenvolvido pelo Rosinha desta Casa. Briga ele por idéias, briga ele pela saúde, briga ele pelos sem-terras, briga ele enfim por tudo aquilo que nós assistimos nesta Casa; mas peca ele Srs. Deputados quando influenciado, ou dirigido, ou mesmo por vontade própria faz com que seja estampado numa notícia da Bancada do PT, aonde o próprio Ovídio Constantino, que nós mostrávamos há pouco o documento que temos em mãos, daquilo que não custou nada aos cofres da Prefeitura de Ponta Grossa fosse transcrita uma mentira, numa notícia de uma grande Bancada que é essa do PT. Nós não acreditamos, só pode ter sido uma má informação, um desvio de conduta naquela linda conduta que tem o Rosinha nesta Casa. Eu não acredito e tenho a certeza que a informação foi falsa, mentirosa e desonesta para que isso viesse à família do Paraná ter conhecimento. Jaime Lerner não recebeu um tostão da Prefeitura de Ponta Grossa, os documentos ali estão, e eu envolvo Ponta Grossa e Curitiba porque a nossa grande Região Metropolitana, o nosso coração aqui palpita, como palpita lá na minha cidade; eu tenho interesse nessa grande Curitiba, como o Algaci Túlio tem interesse na minha Ponta Grossa. E nós nos associamos em defesa daquilo que é realmente a verdade a esse Estado, e a verdade a esse Estado Nobre Deputado Rosinha, Estado comentado no caixa, na Secretaria de Finanças da Prefeitura, no número 343.189, data, antes, muito antes da data feita pela denúncia, dia 25.06.93.

Aí está, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aquilo que nós queremos, queremos nos somar aos bons interesses deste Estado. Nós nos associamos à Bancada do PT

Curitiba, terça, em 10.08.93

naquilo que é do interesse do Paraná; mas também discordamos e agora estamos testemunhando através da palavra as ações que devem ao povo paranaense. Jaime Lerner, embora aquilo que brilha faz com que realmente alguns ou poucos façam com que esta estrela não brilhe. Não é a estrela que realmente mostra aquela identificação do PT. É a estrela guia de Davi, a estrela realmente maior que mostra com que a razão, a decência, da verdade...

(É-lhe tirado o som)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Encerrando, Senhor Presidente, ontem estivemos na Federação da Agricultura do Paraná, representando o ilustre Deputado do Bloco Municipalista, Toti Colaço, que, de perto, tem interesse nesta causa, representando o Presidente desta Casa, Orlando Pessuti, e representando o nosso companheiro Antonio Annibelli que também é de União da Vitória e tem os seus interesses ali com os madeireiros assentados naquela área e mais o Deputado Fregonese do Litoral e ainda o Deputado Anibal Khury que também conosco divide esse interesse da Mata Atlântica. Para a vergonha do Paraná, pasmem, Senhores Deputados, um "lobby" feito pela Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo faz com que o CONAMA, numa de suas próximas reuniões possam estender através daquela reunião a Mata Atlântica em solo paranaense em quase todo o território. Ontem foi combinado, Senhor Presidente, que todas as prefeituras e nós da classe política ...

(É-lhe tirado o som).

O SR. HEINZ G. HERWIG (Pela Ordem) - Concedo o Horário do meu Partido ao Deputado Zuk, com muito gosto, para que ele possa terminar a sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Diante das prorrogações já feitas, por cinco minutos apenas.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Muito Obrigado, Deputado Heinz.

Lá estava presente o Deputado Renato Johnson, Luciano Pizzato, que brilhantemente estes Deputados demonstravam que o CONAMA, composto de 80 membros, que aquela câmara técnica que deveria ser de interesse nacional faz com que o interesse seja político. Existe o organismo internacional que tem 176 milhões de dólares para ser empregado na preservação da Mata Atlântica.

Somente 16 milhões foram usados. E o dinheiro lá está de sobra. E alguém que quer prejudicar os interesses nossos, do Paraná, e principalmente do ramo produtivo do interior do Estado como a nossa Ponta Grossa, como a Irati de Toti Colaço, como

União da Vitória e outros segmentos da sociedade paranaense que vive e explora o ramo madeireiro, mas exploram ordenadamente, reciclando as suas matas, plantando para seus netos continuarem com as suas serrarias, aquele caçara que preservou a Mata Atlântica do Litoral, aquele homem e para o nosso Paraná, aqueles homens ali assentados em Guaraqueçaba, hoje estão na iminência de serem desalojados por interesses outros que não o da família do Paraná.

Não admitimos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a Bahia, que o Rio de Janeiro, que Minas Gerais e que São Paulo digam o que é bom para o Paraná.

O que é bom para o Paraná quem diz é a família paranaense. E não são eles que dizimaram as suas matas, que estraçalharam os seus Estados e que têm mais Mata Atlântica? Não admitimos que venham aqui no Paraná ditar as normas para a família paranaense e obrigar-nos a segui-los.

Neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como me incumbi ontem daquela representação, aqui estamos em nome do Bloco Municipalista para pedir a cada um dos Senhores Deputados que mande, através de um fax, ao Senhor Ministro do Meio Ambiente que é mais parecido com Rolando Lero ou do que com qualquer outro, porque não toma posição nem a favor, nem contra, muito pelo contrário, fica sem decisão para se manter no cargo neste Governo, que não tem rumo que é do Itamar.

Este Senhor Ministro não tem realmente competência e, muito acima, não tem dignidade para respeitar aquilo que a família do Paraná deseja.

O IBAMA aí está. O IBAMA aí se encontra ao lado do Paraná, e lá esteve o seu representante ontem dizendo que o IBAMA, através do Governo Federal, através de seus técnicos, está delimitado à Mata Atlântica do Paraná; é aquilo que aparece no mapa do Brasil já definida, identificada, analisada pelos técnicos do IBAMA.

E não seriam estes oportunistas, naturalistas, ecologistas dos verdinhos dos americanos, que farão o Paraná ser cobaia para investimento de organismo internacional.

Se nas suas áreas já não respeitaram aquilo que a família do Paraná respeitou e tem dignidade, eles que vão cuidar da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro, porque aqui do Paraná quem cuida somos nós.

Peço dos Senhores Deputados um fax ao Senhor Ministro, dizendo da próxima reunião e peço que façam no início da semana, ou no final desta, em nome do Paraná, para que o Estado decida aquilo que é melhor aos seus interesses.

E nunca numa reunião com o IBAMA onde

já tem os votos declarados contra os interesses do Paraná destes quatro Estados.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ontem ouvimos com muita atenção o discurso proferido nesta Casa pelo Deputado Bonã Turra, quando fez críticas dirigidas ao Prefeito Jaime Lerner. O Deputado escreveu no seu jornalzinho um artigo denominado "Canto da Sereia" em que peca tanto pelo desafio, como pela falta de correção. O artigo é temperado e parece vinagre e um pouco de rancor também, além de muita mágoa e muita dor de cotovelo. Aliás, até quero repetir o que o Prefeito Rafael Greca costuma dizer de alguns peemedebistas: "eles nos odeiam, odeiam ao Jaime Lerner, mas admiram tanto que, no fundo, gostariam de ser como ele, só que lamentavelmente nunca conseguiram".

O Deputado Bona Turra falou muito, falou bastante, até quando não tem ninguém para ouvi-lo e nós, educadamente, ocupando nosso lugar neste Plenário, ouvimos atentamente. Na falta também de vontade de pensar nos problemas do Estado do Paraná que estaria cada vez mais empobrecido, cada vez mais com uma leva de pessoas desempregadas, famintas, ao ponto de aplicar neste País uma Campanha Contra a Fome, contra a miséria, parece que o Deputado Bona Turra pouco se incomoda com os problemas do Paraná e parece que não lembra que é o seu partido que governa este Estado, pelo menos provisoriamente. Fazer o quê?

Mas disse o Deputado em certo trecho de seu jornalzinho de que imaginava alguns observadores que a gestão 89-92, nascida nas urnas de 88 (com a escandalosa colaboração da Justiça Eleitoral) que permitiu a indicação de uma nova candidatura de candidatos laranjas e a indicação de uma nova candidatura de coligação há 12 dias.

Na verdade, esses 12 dias têm sido uma tormenta na vida dos peemedebistas que não conseguem engolir-la, no entanto 90% da população curitiba veio às urnas e ali colocou seu voto na maior goleada a exemplo da última agora sofrida para prefeito, sofridas pelo PMDB.

Eu quero dizer Deputado Bona Turra que não me arrependo, muito pelo contrário, faria o mesmo gesto de humildade por amor a minha cidade e por respeito à bandeira do meu partido. Faria o mesmo gesto novamente, como fiz agora quando o vice-pre-

feito de Curitiba, no momento que o prefeito precisava se ausentar, estávamos no período em que candidatos não poderiam assumir seus cargos e eu tive que, mais uma vez por respeito a minha cidade, com respeito ao meu partido, jogar fora talvez a grande oportunidade de ser o prefeito da capital do Estado do Paraná.

Dizer a V.Exa. de que quando o meu nome foi indicado para ser candidato pelo meu partido PDT o prefeito Jaime Lerner era inelegível. Ninguém imaginava conseguisse ele nos últimos instantes uma vitória na Justiça e trazer de volta o seu título a Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao orador que conclua seu pronunciamento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Cedemos o horário do PL ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deferido.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, agradeço ao Deputado Colombino Grassano por me ceder o Horário do PL.

Dizer então Senhores Deputados que houve uma convenção do meu partido. E não foi uma convenção de brincadeira. Foi uma convenção realmente realizada com a presença das maiores autoridades nacionais do nosso partido e onde haviam vários nomes dispostos a concorrer na vaga para prefeito do Município de Curitiba. Não tinha eu na verdade a intenção, mas era eu a melhor figura dentro do meu partido. Vinha de uma eleição de vereador mais votado em Curitiba; vinha de uma eleição para Deputado Estadual na capital do Estado e talvez, mais votado do Estado do Paraná. Tinha eu dentre todos os demais companheiros a possibilidade de lutar pela prefeitura da bandeira do meu partido.

Saí à luta sem estrutura, sem muita base, mantive-me nas pesquisas hora em primeiro lugar, hora em segundo lugar até que de repente aconteceu aquilo que ninguém praticamente esperava que acontecesse que seria a vitória dos advogados de Jaime Lerner e com isso ele pôde trazer seu título de volta à capital do Estado.

Não dizer outra coisa a não ser, através da minha humildade de reconhecer de que nem eu, nem Maurício Fruet, e V.Exa. chamou aqui ontem um membro do seu partido de laranja, não respeitou sequer a figura deste homem a quem eu tenho um grande respeito que é um ex-Deputado Federal, ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual que é o Maurício Fruet.

V.Exa. foi deseducado ontem quando sequer respeitou seu companheiro de partido.

A população na época não encontrava em nenhum dos candidatos, nem Algaci Túlio, nem Maurício Fruet, nem Airton Cordeiro, nem Enéas Faria, nenhum candidato que pudesse preencher a vaga de Prefeito de Curitiba.

O que eu fiz? Dentro da minha humildade, repito, reconhecendo as minhas limitações e sabendo se continuasse eu até o final, talvez, não chegaria a vitória, poderia até, quem sabe, chegar à vitória nas urnas, no voto, no dia, mas perderia, como perdemos em 1985, naquela campanha em que Jaime Lerner foi eleito pelo povo de Curitiba, mas foi derrotado pelos ônibus lotados, porque muitos Parlamentares, hoje, aqui, nesse Plenário, nos confessaram, na continuação, que tiveram que mandar ônibus lotados para Curitiba para fazer boca de urna e até se fosse necessário, votar, e aí, tivemos, sim, aquela vergonhosa apuração lá na 145, Deputado Bona Turra onde tudo estava preparado antecipadamente para, evidentemente, camuflar uma vitória do prefeito Jaime Lerner.

Sabendo eu que poderia correr o mesmo risco, o que fiz? E as pesquisas antes de Jaime conseguir a vitória em Brasília, já diziam que ele era o prefeito de Curitiba. Não fiz, nada mais, nada menos, do que reconhecer a minha limitação, dentro da minha humildade, é chamar o Jaime, convocá-lo para que viesse assumir o meu lugar e eu passando para a condição de vice-Prefeito.

E sabia, Deputado Bona Turra, que foi este gesto humilde da minha pessoa que possibilitou, até, uma reviravolta do pleito eleitoral daquele ano, com a grande vitória do companheiro Antonio Belinati em Londrina, com a grande vitória do Fernando Decali em Guarapuava, e em outros municípios que o PDT chegou à vitória.

E saiba, também, Vossa Excelência que foi a partir desse momento que o seu partido rachou ao meio, vindo daí a criação do PSDB. Por isso, quando Vossa Excelência vem e fala de "perdedor laranja" - laranja é um fruto cítrico que costuma se dar ao paladar daqueles que não acostumados com o seu elevado potencial energético - se é esse seu entendimento, aceito a afirmação.

Agora, se pensa que me sinto ofendido por insinuar que mantive uma candidatura descartável, saiba que Curitiba reconheceu meu ato e conseguiu, evidentemente, nos levar a uma vitória realmente extraordinária em 12 dias, que nunca, ninguém, conseguirá obter essa vitória. Este projeto tão elevado que conseguimos sem que houvesse qualquer premeditação, sem que houvesse qualquer premeditação para que isso viesse acontecer.

Deputado Bona Turra, fica aqui o meu esclarecimento, a minha tranquilidade, a minha humildade no gesto que fiz, e que, evidentemente, isso está até hoje na garganta dos peemedebistas. O importante é que, se "laranja" ou não - pense como quiser Vossa Excelência - a verdade é que seu partido, seus membros, nunca conseguirão engolir esta vitória de 12 dias, e a vitória agora que eu e o Jaime proporcionamos a Rafael Greca de Macedo, derrotando já, o candidato do PMDB no primeiro turno.

Deixo aqui, Senhor Presidente, esse meu esclarecimento, ao mesmo tempo que não vou tomar tempo dos Senhores para rebater ontem, acusações feitas aqui, também pelo mesmo Deputado, com relação a possíveis agressões cometidas por elementos da guarda municipal contra um membro do PMDB identificado como Wilson Teixeira, já bastante conhecido nos meios da Cidade de Curitiba. Depoimentos feitos à Polícia haverão de comprovar de que a guarda municipal agiu no seu legítimo dever, de defender o patrimônio da Cidade de Curitiba contra aqueles desordeiros, contra aqueles que só querem a baderna na cidade, contra aqueles que não querem admitir e não querem reconhecer por dor de cotovelo, que esta cidade é a cidade do primeiro mundo, enterrada num País de terceiro, quarto mundo, e num Estado que, lamentavelmente, para nós está aí, num patamar bastante ruim, onde grassa o desemprego, a fome e a miséria pela incompetência de um Governador provisório que, aliás, lembro Vossa Excelência, vai ter que devolver aos cofres do Tribunal, do Tesouro Municipal quase dois bilhões de cruzeiros da sua gratificação que recebeu nos anos de 87, 88 e 89 quando Prefeito da Capital do Estado do Paraná.

Há uma grande diferença entre uma acusação de Jaime Lerner contratado como fantasma e aquele que era o prefeito e que se apoderou, indevidamente, do dinheiro do povo de Curitiba para usufruir nas festas natalinas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier, Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Governador Roberto Requião, de acordo com o que noticia a imprensa, terá que devolver dinheiro recebido ilicitamente da Prefeitura de Curitiba.

O ex-Prefeito Jaime Lerner também já devolveu. Devolveu, conforme disse o Deputado Zuk, no dia 26 de junho de 93. Um mês e vinte e cinco dias após a sua exoneração pelo Decreto 528 do dia 25 de maio de 93.

Disse aqui o Deputado Zuk que eu

transmiti uma informação falsa, mentirosa e desonesta ao afirmar que Jaime Lerner assumia cargo de confiança da Administração Pública de Curitiba e se ausentou durante quatro meses do serviço. E isso foi confirmado ou confessado pelo próprio ex-Prefeito ao fazer a devolução do dinheiro; significa que reconheceu que estava cometendo um crime, mas demorou mais de um mês para reconhecer que estava cometendo esse crime.

Se fantasma ou não-fantasma, foi irregular a maneira como foi usado o cargo pelo ex-Prefeito.

Disse também o Deputado Zuk, que eu respeito, que houve desvio de conduta por parte desse Parlamento ao fazer tal denúncia. Será que é desvio de conduta trazer a público um fato verdadeiro no qual estavam sendo lesados os cofres públicos? Ou é desvio de conduta receber esse dinheiro e demorar cerca de seis meses para reconhecer, de janeiro a junho, que estava recebendo incorretamente? Como parece que há uma ocasião atrás, na época do "Ligeirinho", quando foi acusado de ter registrado a patente do "Ligeirinho" como de sua propriedade, o Senhor Prefeito também criou uma entidade para devolver os direitos dessa patente a essa entidade. Queremos até saber quanto dinheiro essa entidade recebeu.

Por fim, eu quero até cobrar do PDT que fala, fala, fala, mas não nega o fato, porque o fato existiu. O ex-Prefeito foi assessor-secretário, o ex-Prefeito recebeu, reconheceu o crime e devolveu. Crime porque não trabalhou.

Eu pergunto: porque a designação do ex-Prefeito como assessor-secretário não foi publicada no Diário Oficial do Município? A segunda pergunta, por que o Decreto 528 não foi publicado no Diário Oficial do Município? Porque era para ocupar o cargo e a população não ficar sabendo. Isto também é crime: não tornar público os atos da administração pública, não dar publicidade como manda a Constituição aos atos do Poder Executivo.

Portanto, deve essa explicação ainda: por que o Diário Oficial do Município não publicou a designação e a exoneração?

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Como o PDT já usou o Horário da Liderança e eu não estou inscrito no Pequeno Expediente eu quero dizer ao Deputado Florisvaldo Fier que nós não vamos polemizar, porque esta resposta nós demos ontem e deixamos registrada em Plenário. Eu acho que a verdade não pode ser falada pela metade, ela está registrada, nós ontem falamos friamente sobre o assunto e eu acho que os dados que nós deixamos registrados aqui,

respondem pelas tentativas de resposta que o Deputado Florisvaldo Fier tenta polemizar. Eu acho que aquilo que nós deixamos registrado ontem, o homem público que cometer atos lesivos e for denunciado ele tem que responder por estes atos.

Nós temos certeza que as respostas dadas pelo PDT na nossa pessoa, na pessoa da Liderança ontem registradas nesta Casa falam mais alto que a tentativa que tem feito não só o PT, neste momento, Jaime Lerner pela sua projeção tem sido alvo do próprio PMDB e das tentativas de desestabilizar e isto com certeza vai acontecer até que as eleições transcorram.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em função da exposição do Deputado Paulo Maia, só faço uma pergunta:

Qual o número do Diário Oficial do Município em que foi designado Secretário e o número daquele em que foi exonerado como Secretário?

O SR. PAULO MAIA - A resposta que consta nos Anais da Casa feito ontem respondem a indagação de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Com a presença de representantes das cidades de Antonina, Cáceres (MT), Itajaí (SC), Maceió (AL), Paranaguá (PR), Santos (SP), São Luiz (MA), Vitória (ES), Belém (PA), Imbituba (SC), Natal (RN), Porto Alegre (RS), São Francisco do Sul (SC) e São Sebastião (SP). Foi realizado o "VI Congresso Nacional de Municípios Portuários". Foi um acontecimento promovido pela Prefeitura de Paranaguá - Administração Carlos Antônio Tortato - e se destinou debater objetivamente, divulgar, conhecer e discutir experiências, soluções e anseios comuns às administrações portuárias do Brasil.

Desse encontro foi elaborada a "Carta de Paranaguá" que, neste momento, trago ao conhecimento desta Assembléia, seu inteiro teor:

"Os municípios portuários brasileiros, ao final deste documento nominados, reunidos na Cidade de Paranaguá (PR), no 6º Congresso Nacional de Municípios Portuários, promovido pela Associação Brasileira de Municípios Portuários, por unanimidade, chegaram as seguintes conclusões:

I - Área de Planejamento Urbano.

Os municípios portuários, no sentido de ordenarem o seu desenvolvimento, e em razão das interfaces com as atividades portuárias, farão gestões junto às administrações dos portos e dos respectivos

conselhos de autoridade portuária - CAPs - visando a aprovação de planos integrados de desenvolvimento porto-cidade.

II - Área Territorial e Poder de Polícia.

Os municípios portuários, com base na legislação federal vigente atuarão sob entendimento de que o território do município costeiro compreende não apenas sua parte terrestre, mas também o mar territorial e a plataforma continental. Assim o Poder de Polícia do Município se exerce sobre todo o território, nele incluídas a zona costeira, os terrenos de marinha e as praias. Essa competência abrange o planejamento e execução de todas as atividades que dizem respeito ao interesse local e às funções da cidade (morar, trabalhar, circular, etc).

III - Área de Tributação.

Os municípios portuários, que arcam com o ônus da infra-estrutura urbana e entorno dos portos, e onde reside a mão-de-obra que atende seus serviços, reivindicarão das administrações dos portos (concessionárias, autarquias, empresas de economia mista, ou privadas) como contrapartida, a sua inclusão no novo modelo de estrutura tarifária, com vistas a obtenção de recursos orçamentários regulares por todas as formas possíveis.

IV - Área Social.

Em fase da nova legislação portuária, centrada na preocupação de reduzir custos operacionais e estimular a competitividade, os municípios portuários manifestam:

a - Que toda e qualquer alteração nas relações de trabalhos devem ser acompanhadas da previsão sobre o impacto ambiental;

b - Que, nesse sentido, consideram indispensável que os trabalhadores e empresas portuárias, em suas negociações em torno da aplicabilidade da Lei nº 8.630/93, concluam, com a maior brevidade possível, por um amplo acordo coletivo de trabalho;

c - Que o Senado Federal aprove com urgência, a ratificação pelo Brasil da convenção nº 137 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, reconhecido, assim, a devida proteção aos trabalhadores portuários, em fase dos avanços tecnológicos.

A Associação Brasileira dos Municípios Portuários solicitará audiência ao Sr. Presidente da República a fim de reivindicar a criação de cursos de preparo e aperfeiçoamento da mão-de-obra nos Portos Brasileiros, em parceria com os Municípios, mediante a utilização de recursos disponíveis na administração federal.

Igual empenho será solicitado das administrações dos Portos e dos respectivos Conselhos de Autoridade Portuária - CAP's.

V - Área de Saúde

Em razão da elevada incidência de

"AIDS" em suas áreas de jurisdição, os Municípios portuários:

A - Desenvolverão programas de incentivo ao teste preventivo da "AIDS";

B - Solicitarão à Divisão Nacional de doenças sexualmente transmissíveis e "AIDS" do Ministério da Saúde, que realize seminários específicos para esses municípios, tendo como objetivos:

- A divulgação das formas de prevenção da doença;

- o fornecimento de suporte técnico para essas ações;

- a obtenção de financiamentos, inclusive de entidades internacionais e,

- melhor organização dos serviços de estatística em torno da doença.

No âmbito da saúde geral, os Municípios portuários, em razão dos portos serem áreas de risco de acidentes, buscarão instalar unidades de saúde nesses locais, para isso utilizando-se em parceria, de recursos da administradora do porto e dos usuários.

VI - Área de Turismo

Os Municípios portuários devem discutir com as administrações dos portos o desenvolvimento do potencial turístico do complexo portuário, acompanhado de um plano de "marketing" entre cidade e porto, com aprovação e envolvimento dos Conselhos de Autoridade Portuária - CAP's.

Assinam essa carta de Paranaguá do "VI Congresso Nacional de Municípios Portuários", os Municípios acima mencionados que completaram seu trabalho com uma moção. Ei-la:

MOÇÃO

Os Municípios portuários brasileiros, reunidos em congresso promovido pela Associação Brasileira dos Municípios Portuários, na cidade de Paranaguá-PR, de 05 a 07 de agosto de 1.993, considerando que:

- sobre os Municípios recaem com maior intensidade, as demandas públicas e sociais;

- a constituição de 1988, consagrou diretrizes descentralizadoras das ações e dos recursos tributários;

- está prevista uma revisão constitucional para futuro próximo;

- a hegemonia tributária da união corresponde a um momento ultrapassado da nossa história em que prevalecia uma visão tributária e autoritária, superada desde 1.988, com a nova organização federativa.

Manifestam preocupação com a possibilidade de que venha ser atingida a sua participação nas receitas tributárias e transferências, hipótese em que as respectivas populações sofreriam grave dano, bem como a nação como um todo.

Paranaguá, 07 de agosto de 1993.

- Antonina, Belém, Cáceres, Imituba, Itajaí, Itaquai, Maceió, Natal, Paranaguá, Porto Alegre, Santos, São Francisco do Sul, São Luiz, São Sebastião e Vitória.

Senhores Deputados,

Pelo que foi alinhavado no texto da carta de Paranaguá extraída do "VI Congresso Nacional de Municípios Portuários", agora do conhecimento de V. Exa., é desnecessário que façamos outras considerações. O importante será que pensem seriamente nas questões suscitadas por aqueles que realmente conhecem os problemas e necessidades das cidades portuárias.

Diante desses fatos cabe a nós como representantes do litoral nesta Casa de Leis, nosso aplauso ao Presidente da Federação dos Municípios Portuários, o santista David Capistrano e ao Prefeito de Paranaguá, Carlos Antônio Tortato, que tem se mostrado um Prefeito realmente preocupado com a cidade que administra e, por isso lhe empresta tanto dinamismo.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Honorário do Pequeno Expediente Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados, primeiramente gostaria de registrar a presença dos Vereadores do Município de Malé, Mauro Camargo, Alberto Woirowch, Sirlaco de Oliveira, e também do jornalista e radialista Ademir Antunes. A presença dos visitantes, é uma honra para nós tê-los aqui nesta tarde.

Como Coordenador do Bloco Municipalista temos o seguinte assunto para abordar-mos nesta tarde:

"Fruto da era Collor onde a moralização (não confundir com o princípio da moralidade que deve nortear os atos do administrador público) tem-se tipificado, como moda à qual se adere ou não, a lei nº 8.666/93, vem despertando indignação e repulsa nos mais variados setores envolvidos direta ou indiretamente com os procedimentos licitacionais.

Não obstante necessária a existência de mecanismos controladores da aplicação do dinheiro público, a nova lei de licitações desconsiderou a realidade dos aproximados 5.000 municípios brasileiros, apresentando-se, como um entrave para o regular funcionamento da máquina administrativa. O legislador esqueceu-se, ao elaborar a lei, das circunstâncias fáticas que envolvem os municípios, criando exigências legais absurdas, inexecutáveis e burocratizantes.

Melhor teria sido que, ao invés de

criar-se pela "engenharia jurídica", um amontoado de exigências, tivesse o legislador inserido ao texto então vigente (DL n° 2.300/86) as alterações necessárias em face da Constituição Federal, as apregoadas pela doutrina e pelas decisões dos tribunais, no sentido de aperfeiçoar aquele instrumento, através de uma nova lei.

Não se pode tentar burocratizar ainda mais o setor público, a título de sua moralização. Esta deve ser consectária daqueles que dela detém autoridade pública, sem que, necessariamente, necessite estar escrita. É fator de consciência que não se pode institucionalizar.

Além da característica burocrática e inexecutável da lei, outros aspectos devem ser analisados a exemplo da invasão da competência dos municípios, como ocorre no âmbito das doações e permutas, onde a lei estabeleceu limitações, inegavelmente inconstitucionais, o estabelecimento dos valores da tabela de licitações por faixa populacional, que desconsidera - entre outros aspectos, - a realidade inflacionária do País, e que exige, conseqüentemente, maior esforço dos pequenos municípios. Esforço este, registre-se, dispendioso por completo. Esqueceram-se, mais uma vez os legisladores que, na maioria dos pequenos municípios os preços praticados são infinitamente maiores dos praticados nos municípios de médio e grande porte, não havendo destarte, justificativa plausível para a diferenciação das tabelas por habitantes. E não há como alegar que se os preços são diferenciados deveriam os municípios buscarem em grandes centros preços menores.

Para corrigir a imperfeição da lei, deve-se modificar o critério estabelecido ao invés da busca de paliativos que não atendem aos reclamos da economicidade.

Isto considerado, não podemos deixar de acreditar que, com a manifestação de vários segmentos destacados da sociedade, assoberbados de razão, mostrando-se contrários a determinadas exigências do texto legal, resta aos legisladores a revisão urgente da Lei n° 8.666/93 para que esta não perca no tempo, eivada de inconstitucionalidades congêntas e de exigências manifestamente enexequíveis. Além do que, quando ainda se discute a aplicabilidade do Código Comercial de 1850, do Código Civil de 1916, do Código de Processo Civil de 1973, e ainda a definição do que sejam normas gerais (questão ainda indefinida no STF), como se poderiam firmar peremptoriamente entendimentos terminativos acerca da lei nova tão complexa? É matéria que caberá à interpretação dos doutrinadores e ao Poder Judiciário.

A Associação dos Municípios do Paraná, na pessoa do Prefeito Luiz do Amaral e o

Bloco Parlamentar Municipalista estão elaborando um estudo sobre as inconstitucionalidades da decantada lei, visando a arguição das mesmas, por solicitação do Presidente da entidade e por reivindicação da maioria dos Prefeitos do Estado do Paraná. O Presidente desta Casa, Deputado Orlando Pessuti já aceitou liderar no âmbito do Legislativo o pedido de inconstitucionalidade junto ao STF. E já na próxima semana, liderando outros Presidentes de Assembléias Estaduais, estará em Brasília para defender os legítimos interesses dos Municípios do Estado do Paraná em benefício da população.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - No Horário do Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

Antes porém gostaríamos de anunciar a presença em plenário do Prefeito de Matelândia, Sr. Massao Takichi.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Julguei

Sr. Presidente, Srs. Deputados fôsemos obter hoje respostas objetivas às inúmeras questões que ontem da tribuna argüimos junto à bancada do PT. Ao contrário, ao invés de respostas objetivas às questões suscitadas, o que temos são evasivas, dissimulações e um enorme esforço de explicar o inexplicável.

S. Exa. o Deputado Algaci Túlio não pôde esclarecer, por exemplo, qual a natureza e objeto da reunião de 13 de julho último em restaurante no bairro de Santa Felicidade havida e de que participaram Vereadores Geraldo Yamada e Júlio Anrio, administrador público Cássio Taniguchi e o empresário de transporte coletivo João Simões. Que estranha reunião e que estranho objetivo deve ter unido esses senhores. Sobre isso não se pronunciou o ilustre Deputado Algaci Túlio e também não se pronunciou sobre as violências reiteradamente cometidas por membros da Guarda Municipal contra militantes do Movimento Popular em nossa cidade. Não só essa perpetrada contra o presidente estadual do departamento trabalhista do PMDB do Paraná, como também quanto a violência perpetrada contra movimentos reivindicatórios dos servidores municipais. Como também nada disse o Deputado Algaci Túlio das tarifas abusivas e da majoração da ordem de 50 pontos percentuais sobre as tarifas vigentes no mês passado contra uma inflação da ordem de 32% nenhum esforço da bancada do Partido Democrático Trabalhista e em especial S.Exa. Deputado Algaci Túlio para justificar essa que é uma majoração abusiva e contra qual se opõe nosso partido PPTB.

Do mesmo modo esperávamos uma resposta objetiva sobre a política em curso de desmantelamento e já ela toda concretizada de desmantelamento da frota pública legada pelas gestões do PMDB. Ou então sobre a abertura de linhas sem concorrência ligando o Município de Curitiba aos municípios da região metropolitana. Talvez pudesse S.Exa. Deputado Algaci Túlio dizer que a abertura dessas linhas sem concorrência se deva ao esforço de fazer compensar o sistema descompensado de transporte coletivo na capital do Estado.

Talvez pudesse por exemplo, justificar que a abertura de linhas lucrativas ligando a Cidade de Curitiba a municípios da região metropolitana venham tentar compensar os enormes rombos ocasionados pelo represamento das tarifas durante a campanha eleitoral do ano passado. Mas nem a esse esforço se fez o ilustre Deputado.

Ou então talvez devesse, mas não o fez, explicar sobre a absoluta ausência de controle de custos das tarifas do transporte coletivo que faz do sistema de transporte coletivo um enorme sistema de drenagem da economia popular. Ou então, e isto consta do nosso noticioso de gabinete do horror às licitações, que nutre a administração municipal que persevera nas velhas práticas, que persevera em fazer todas as licitações na modalidade convite privilegiando algumas empresas atuantes no setor de obras públicas. Ou então, e também consta dessa matéria trazida à baila pelo Deputado Algaci Túlio a denúncia das gigantescas e monstruosas negociatas imobiliárias que deram base à planificação urbana engendrada e implementada pelas gestões Jaime Lerner.

Limitou-se, portanto, Deputado Algaci Túlio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a apenas tratar de suscetibilidades feridas.

E nós todos sabemos, as suscetibilidades feridas não são superiores aos interesses públicos e é dever de todos nós e é isso que reivindico de S.Exa. Deputado Algaci Túlio cujas origens são origens vinculadas aos setores mais humildes da sociedade, a reiteração desses seus compromissos com as classes populares de Curitiba, como sobretudo ao invés, e antes de tratar de suscetibilidades pessoais, tratar das questões públicas que trouxemos à tribuna da Assembléia Legislativa. Portanto, nada explicou e o que tivemos foi a tentativa de explicar o inexplicável.

Era o esclarecimento Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, embora esteja no Grande Expediente quero ver se não utilizo todo o tempo para o pronunciamento que vou fazer na tarde de hoje, há dias queria fazê-lo. Vou falar, Sr. Presidente e Srs. Deputados de um grave problema que é a economia brasileira e que preocupa a todos os cidadãos conscientes deste País. E quando vemos dados econômicos comparativos com outros países e verificamos a astronômica inflação brasileira que é bastante grande em relação a outros países, nós nos lembramos de uma passagem bíblica, quando São Pedro, no início do Cristianismo e na perseguição de Nero, foi recomendado que deixasse a Cidade de Roma. E quando ele saía de Roma pela Via Ápia, que é uma estrada de saída de Roma, ele teve visão de Jesus Cristo e ele perguntou a Jesus Cristo: "Domine quo vades". Senhor, para onde vais? E o Cristo lhe respondeu: "Eu vou a Roma para ser crucificado pela segunda vez". Diante disso, São Pedro voltou a Roma. E ali ele foi crucificado. E, pelo seu martírio, ele é hoje detentor da chave do céu. E, segundo os Parlamentaristas, ele é lá hoje o 1º Ministro; e segundo os Presidencialistas ele é Ministro da Agricultura.

Esta é uma rápida passada para nós também quando vemos a inflação brasileira e nos perguntamos: para aonde vamos?

Vi ontem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, alguns indicadores econômicos internacionais; mas não vamos aqui comparar com os Estados Unidos que teve uma inflação, nos últimos 12 meses, de 3,1%; não vamos comparar a inflação brasileira com a do Japão que foi de 0,9%, nos últimos 12 meses. Mas vamos descer aqui para os países do Mercosul e da América Latina. Vemos aqui o Brasil, nos últimos 12 meses, com uma inflação de 1623%; depois temos, a Argentina, nos últimos 12 meses, com 12,3%; o Uruguai, 56%; Paraguai, 20%; Chile, 13%; México, 9,9% e Venezuela 35%.

Então comparem, o segundo País com uma inflação mais alta na América Latina é o nosso vizinho Uruguai com 56%, enquanto nós temos 1623% de inflação.

Então é aqui que temos que perguntar a exemplo do que fez o Apóstolo Pedro: para aonde vamos? Vamos continuar aguardando que a cada mês esta inflação chamada por alguns economistas chamada de "imercial" e por outros já chamamos de uma "hiper-inflação", porque "hiper-inflação" varia de País, varia. Até quando nós vamos continuar com essa hiper-inflação. Quando vemos, também, que o Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso nesses dias que passaram já diz que o Governo prevê um déficit de 29 bilhões de dólares no Orçamento de 94. E esclarece o seguinte: "O Go-

verno prevê que o déficit nas contas públicas no próximo ano deverá ficar entre 26 a 29 bilhões de dólares. A receita tributária deve ter crescimento real de 15.41 em 1994. Mas as despesas totais devem aumentar em 47%. "E diz mais:" Para os investimentos estão previstos tão somente 10,32 bilhões de dólares, incluindo recursos vinculados pela Constituição e recursos livres". Nos recursos livres no qual o Governo tem autonomia para escolher a aplicação, estão apenas um bilhão, duzentos e setenta milhões de dólares. Os investimentos são perto da metade dos previstos no Orçamento de 1993. Então vejam, se nós já tivemos poucos investimentos em 1993, teremos, tão somente, metade deles em 1994.

Entre as despesas, notem bem, Srs. Deputados, o crescimento maior deverá ser com a Folha de Pagamento que chegará a 27,75 bilhões, com relação real de 39.6.

É esta a situação que o País atravessa na sua economia. Estamos numa inflação crescente, e estamos com o orçamento para o próximo ano com um déficit previsto de 29 bilhões de dólares. Este déficit significa, que para sua cobertura o Governo deverá emitir novos títulos da dívida pública, ou deverá, então emitir mais moedas, e de acordo com a teoria quantitativa da moeda nós vamos elevar mais ainda a inflação.

Então é preciso que este País alguma coisa faça para conter esta inflação. Este País que tem o maior PNB da América Latina. Com um Produto Nacional Bruto que é a soma de toda produção de bens e de serviços do País num determinado ano, com 447 bilhões de dólares, nós sozinho, temos um PIB maior do que a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile, México e Venezuela, somadas. Somos um País de grande potencial econômico. Somos um País economicamente rico, mas, no entanto, socialmente pobre, porque temos a pior distribuição de riqueza de quase todo o mundo. Neste País é gritante a concentração de renda nas mãos de poucos. Somos por isso, um País, também, onde poucos tem muito, muitos não têm quase nada.

E esses dados, Senhor Presidente, Senhores Deputados, têm que merecer de todos nós uma profunda reflexão porque não pode um País, economicamente rico, vizinho de outros Países, como a Argentina que conseguiu dominar a sua inflação, como o Chile que conseguiu dominar a sua inflação, como o próprio México que conseguiu também controlar a sua inflação. É um desafio para todos nós brasileiros e um desafio principalmente para nós homens públicos esta inflação que afronta a dignidade nacional.

Eu venho, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apenas hoje trazer esses indi-

cativos e numa outra oportunidade nós queremos vir aqui para discutirmos alguns aspectos, algumas providências que este País precisa alertar-se para contornar esta inflação que corrói os salários, que faz do País um País que não tenha moeda, e um país que não tem moeda perde também o seu respeito internacional.

Numa outra oportunidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estaremos, portanto, analisando causas da inflação e algumas soluções que podemos dar para este País.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu quero registrar uma preocupação que é muito séria, está acontecendo e se efetivando diariamente nesta Assembléia. Esta Casa está preocupando-se sempre com problemas de Curitiba e com os problemas nacionais e este Estado, que é o sétimo em miséria neste País, nós não estamos fazendo nada como se o Paraná vivesse num paraíso.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu quero contestar o Deputado Paulo Maia de imediato.

O SR. PAULO MAIA - Eu não estou contestando V.Exa. Eu estou dizendo o que a Casa de fato está fazendo.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Mas eu estou contestando.

Eu tenho em mãos aqui, Senhor Presidente, Dados-Paraná - Desempenho Macroeconômico. São dados do IPARDES que revela o crescimento da economia do Paraná...

O SR. PAULO MAIA - Um milhão e oitocentos mil miseráveis com fome, funcionários da Assembléia passando fome, funcionários do Estado passando fome e nós não estamos fazendo nada aqui nesta Casa para reverter esse quadro, Deputado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - V.Exa. está fazendo a análise microeconômica...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Eu participo aos Nobres Deputados Paulo e Oswaldo Trevisan que estão fora do Regimento.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu pedi Explicações Pessoais para contestar, está mostrado aqui. Eu amanhã estarei...

O SR. PAULO MAIA - No Paraná o problema continua..

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Ho-

rário das Lideranças, Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo. Vai usar o Horário do PFL o Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há instantes eu recebi uma carta, confirmei com a pessoa que me mandou esta carta e ela me pede que eu leia para que todos os Deputados tomem conhecimento.

(Lê fotocópia anexa)

"Gostaria de relatar através do Deputado Lourenço Fregonese minha indignação por presenciar ações maldosas e inconseqüentes realizadas por pessoas indignas das posições que ocupam.

Minha vida está aberta a qualquer um que se incomode por ela, que não tenha tempo de cuidar da sua, por ocupar-se da minha. Sou um empreendedor, acredito no trabalho, vivo o trabalho. Conquisto o meu espaço, não o mendigo e principalmente sou homem da iniciativa privada.

Quanto as falsas suposições que querem levantar sobre minhas empresas, quero esclarecer que se ser inovador e estar atento às oportunidades fere a capacidade ou os interesses de outros, lastimo muito, mas não vou mudar.

O sucesso de nossos empreendimentos resultaram tanto, não no aspecto financeiro mas sim no aspecto tecnológico e operacional que estamos exportando esta inovação brasileira para Países como o Paraguai, Argentina e Uruguai e isto no mínimo nos dignifica e também nos qualifica para que sigamos em frente, pois é a certeza de que estamos no caminho.

Portanto Senhores Deputados, as minhas atividades são legais, me prontifico imediatamente a abrir minhas empresas a todos os que tiverem dúvidas sobre minha atuação, mas muito mais àqueles que tiverem curiosidade sobre minha capacidade.

Não tenho privilégios com o governo, não fui beneficiado com cargos e não tenho obras no Estado. Tenho sim, muito orgulho de ser Curitiba e Paranaense.

E finalmente quero dizer que muito me admira a posição do Deputado Bona Turra, que durante sua gestão à frente do DECON, passou todo o tempo tentando denegrir a imagem de meu sogro, pela obra do Tribunal de Justiça, não tendo sucesso, agora passa a agredir minhas empresas como, se seu ódio fosse contra a mesma família, que talvez o transtorne, por sermos trabalhadores, racionais e unidos. Pergunto então, ao Senhor Bona Turra, o que ele já realizou até hoje, como cidadão e como Deputado, além de pregar o ódio, a inveja e a mediocridade.

Muito obrigado Senhores Deputados,

principalmente à maioria absoluta, que como eu, aposta no futuro deste País, através da competência, da realização e da lealdade.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) - Quem assina esta nota?

Mauro Fregonese?

Mauro Fregonese, só para esclarecimento é o proprietário da Fonesul é aquela sub-contratada de empresas vencedoras de licitação junto a Telepar e que percebe 5% do montante da comercialização de terminais telefônicos, sem nada fazer, 5% sobre todos os terminais alienados pela Cia. Telefônica do Estado do Paraná.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Passo às mãos de todos os Deputados, as empresas estão abertas para qualquer Deputado que queira fazer as suas explicações, infelizmente se o Deputado Bona Turra acha que pode contestar, falar besteiras, mentir como vem mentindo ao Estado do Paraná como está fazendo, aqui está a prova de um empresário honesto que abre as suas empresas aos 54 Deputados da Assembleia para que verifiquem tudo de sua vida e das suas empresas, aí sim nós vamos contestar ou nós vamos escutar e verificar os documentos que esse empresário mostra ao Paraná ou nós vamos acreditar nas palavras do Deputado falastrão.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, também quero adendar ao esclarecimento anterior o fato de que esse Senhor que se intitula empresário paranaense é genro do construtor do edifício do Fórum da Comarca de Curitiba, que promoveu o maior estelionato da história administrativa das obras públicas do Estado do Paraná, portanto é de se registrar aqui o ódio que esse Senhor e todos os que como ele se comportam em relação a este parlamentar.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Pela Ordem) -

Isso na avaliação do professor de Deus, Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está

encerrada a discussão sobre a carta, a qual está à disposição de todos os Senhores Parlamentares.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Só para

registrar a presença do Prefeito de Entre Rios do Oeste, Presidente da Câmara e do Secretário Geral.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado.

No Horário das Lideranças PT (declina)
PMDB (declina)

PSDB (declina)

Encerrado o Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Telex ATG 1265/93, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, comunicando sua viagem oficial, durante os dias 13, 14 e 15 do corrente mês, para Assunção - Paraguai. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 11 e 12 do corrente mês, em função de viagem ao interior do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, apoioamento da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições n.ºs 025/93 e 026/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n.º 025/93, Veto Parcial ao Projeto de Lei n.º 146/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, que objetiva autorizar o Procurador Geral da Justiça a conceder reajuste de vencimento aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, no mês de julho do corrente, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT n.º 146/93

Curitiba, 14.07.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento, do Ofício n.º 191/93, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n.º 290/93, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e con-

trárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva, o autógrafo, reajustar, no mês de julho de 1993, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições contidas no art. 1º e em seu parágrafo único.

A negativa de sanção aos mencionados dispositivos decorre de manifestação da Secretaria de Estado da Administração que, analisando a matéria, asseverou:

"Autoriza o Procurador Geral de Justiça a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais.

O ajuste a ser efetuado nas tabelas de vencimento dos servidores do Poder Executivo busca dar cumprimento ao art. 39, § 1º da Constituição Federal e art. 33, § 2º da Constituição Estadual que asseguram aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Os ajustes dos vencimentos dos servidores do Poder Executivo permitirão que se atinjam os patamares salariais praticados pelos demais Poderes.

Ao se conceder ajustes aos servidores desses outros Poderes, nos mesmos parâmetros adotados pelo Poder Executivo, estar-se-á mantendo as diferenças atualmente existentes.

Somente após efetuados esses ajustes à que se poderá, então, adotar uma política de correção de salários de forma igualitária.

Por todo exposto, entendemos que o Art. 1º e seu parágrafo único do Projeto de Lei n.º 290/93, deve ser vetado, por inconstitucional".

Esses são os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do enseio para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado
em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO PARCIAL APOSTO AO
PROJETO DE LEI N.º 290/93

P A R E C E R:

A Proposição n° 025/93, conforme ofício DTL/SAT m° 146/93, veto parcial aposto ao Projeto de Lei n° 290/93, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, dispõe o plano de lei ora examinado por este relator, autorizar o Procurador-Geral de Justiça a conceder reajuste de vencimentos aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, no mês de julho do corrente, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo.

O veto parcial Aposto, incidiu sobre as disposições do art. 1° e seu parágrafo único, pois seu conteúdo foi considerado inconstitucional, em razão de que se concedesse ajustes aos servidores desse Poder, nos mesmos parâmetros adotados pelo Poder Executivo, estaria mantendo-se as diferenças atualmente existentes.

Também como resultado da análise proferida, constatou-se que o Veto Parcial Aposto, ocorreu em perfeita consonância com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos os dispositivos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, este relator considera a presente Proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 026/93, Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 142/93, de autoria do Tribunal de Contas, nos Termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 3 parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT N° 142/93

Curitiba, 14.07.93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento, do Ofício n° 192/93, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 291/93, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva, o autógrafo, reajustar, no mês de julho de 1993, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procu-

radoria Geral de Justiça, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições contidas no art. 1° e em seu parágrafo único.

A negativa de sanção aos mencionados dispositivos decorre de manifestação da Secretaria de Estado da Administração que, analisando a matéria, asseverou:

"Autoriza o Procurador Geral de Justiça a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 3 (três) parcelas iguais.

O ajuste a ser efetuado nas tabelas de vencimento dos servidores do Poder Executivo busca dar cumprimento ao art. 39, § 1° da Constituição Federal e art. 33, § 2° da Constituição Estadual que asseguram aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Os ajustes dos vencimentos dos servidores do Poder Executivo permitirão que se atinjam os patamares salariais praticados pelos demais Poderes.

Ao se conceder ajustes aos servidores desses outros Poderes, nos mesmos parâmetros adotados pelo Poder Executivo, estar-se-á mantendo as diferenças atualmente existentes.

Somente após efetuados esses ajustes é que se poderá, então, adotar uma política de correção de salários de forma igualitária.

Por todo exposto, entendemos que o Art. 1° e seu parágrafo único do Projeto de Lei n° 291/93, deve ser vetado, por inconstitucional".

Esses são os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado
em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 026/93
VETO PARCIAL APOSTO AO
PROJETO DE LEI N° 291/93

P A R E C E R:

Procedendo a devida apreciação no âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, do veto parcial, aposto pelo

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 291/93, de autoria do Tribunal e Contas, que autoriza o Tribunal, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 03 parcelas iguais, de acordo com as disponibilidades financeiras do Tesouro Geral do Estado.

O veto governamental deu-se com observância dos prazos constitucionais, merecendo portanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário desta Casa de Leis, manifestar-se sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Serão votados em bloco. Então, a proposição 25/93 ao veto parcial ao Projeto de Lei n° 146/93; e a proposição 26/93 veto parcial do Projeto de Lei 142/93.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com a cédula que contém a expressão **SIM**.

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação a cédula que contém a expressão **NAO**.

Após ter feito sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobre-carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do Veto, com a conseqüente aprovação do Projeto, serão necessários que 28 (vinte e oito) dos Senhores Deputados votem **NAO**, conforme previsão da parte final do § 4° do artigo 71 da Constituição Estadual.

Solicito ao Senhor 1° Secretário que dê início à chamada nominal, para votação.

Deverão ser procedidas duas chamadas nominais.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) -
Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Votaram 40 Senhores Deputados.

Nomeio os seguintes Deputados para serem escrutinadores: Oswaldo Trevisan, Élio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

Votaram 40 Senhores Deputados.

Pela manutenção, vinte Senhores Deputados.

Pela rejeição do veto, dezessete Senhores Deputados.

Três votos em branco.

Estão rejeitados os projetos e manti-

dos os vetos.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Suprime mercadorias de listagem do inciso I, do artigo 23, da Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 276/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba - APVTEC, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Com voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com voto contrário do PT.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 324/92, de autoria do Deputado Eurides Moura. Cria-se espaço alternativos para atividades produtivas na área industrial e na área agrícola nas dependências cedidas pelo IBC. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 370/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc., e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando o adiamento por 1 (uma) sessão do Projeto de Lei n° 370/92. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 1 (uma) Sessão do Projeto de Lei n° 370/92.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 056/93, de autoria do Deputado Carlos Simões. Torna obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno na Rede Estadual de Ensino, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.E.C.E. e C.S.P.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Srs. Deputados Rossoni e Basílio Zanusso, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 01

PROJETO DE LEI N° 056/93

Substitua-se o § 2° do art. 1° do Projeto de Lei supra, pela seguinte redação:

"§ 2º - Constatada alguma deficiência visual será a mesma tratada pela rede pública de saúde, não impedindo a realização da matrícula escolar, mas devendo o exame ser apresentado no ato da mesma."

Sala das Sessões, em 10.08.93

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Rossoni, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Não basta identificar a deficiência visual no escolar, mas tratá-la adequadamente. Assim, a emenda visa tornar obrigatório o tratamento, reconhecendo como de suma importância a proposição supra na educação dos menores.

O projeto e a emenda, encaminhamos às comissões.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 331/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Ana Nery, do município de Cidade Gaúcha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 332/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR - Ação Social de Paranavaí, com sede à Rua Getúlio Vargas nº 900, na Cidade de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 337/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim das Hortências, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 339/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais do Abastecimento, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 344/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Sarkis, com sede e foro no município de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Cria, atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, regulamentando inicialmente o seu atendimento. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.S.P., C.S. e contrário da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 115/92, de 13.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 218/93

P A R E C E R:

O autor da proposição supra, Deputado Luiz Alborghetti, objetiva a criação, na Secretaria de Segurança Pública do Estado, de serviços psicológico e social junto às Delegacias de Polícia, de modo a prestar pronto atendimento às vítimas e seus familiares, bem como aos acusados.

Sob aspecto jurídico, a matéria é de competência privativa do Poder Executivo, como dispõe a Constituição do Estado em seus artigos 66, I e 87, VI. Logo não cabe ao Legislativo tal iniciativa. Entretanto, há que se ressaltar que a mesma deve merecer atenção do Governador do Estado, pois visa suprir uma lacuna estrutural no setor de segurança, possibilitando atender, além do social, o profissional. Neste último aspecto permite um levantamento de quadros mais precisos sobre a formação e realização de delitos cometidos na sociedade.

Assim, feita a ressalva, concluídos pela inconstitucionalidade do projeto, manifestando nosso parecer contrário à sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 218/92

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa o Projeto de Lei a criação de atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, regulamentando inicialmente o seu atendimento.

De importante análise para o Direito Processual Penal, no tocante ao ânimo do agente antes, durante e depois da Ação Típica, ou seja, aquela conduta descrita no Código Penal como sendo crime, visa o Projeto de Lei ora em questão, um alcance muito maior, o de proporcionar àqueles que realmente sofreram as consequências da Ação Delituesa, a vítima e sua família, um auxílio psicológico para sanar as lesões que o crime traz à pessoa do ofendido.

Pelo mérito da questão, ou seja, por não se preocupar tão somente com o bem estar do preso, mas sim com a recuperação da vítima e sua família, e pelo Poder Executivo ter possibilidades de dar total auxí-

lio financeiro a este projeto de baixo custo econômico, e de elevadíssimo valor social, de acordo com o artigo 33, I do Regimento Interno desta Casa de Leis, o nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Sessões, em 13.10.92

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 218/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por finalidade criar atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, regulamentando inicialmente o seu atendimento.

Segundo a douta Comissão de Constituição e Justiça a matéria fere preceito constitucional por ser assunto cuja iniciativa é de competência exclusiva do Poder Executivo.

No entanto, no âmbito desta Comissão de Saúde Pública não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.92

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

Em Votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Discutir) - Sei que esse projeto é de competência do Sr. Governador do Estado. Concordo, em parte, com o Deputado Ovídio Constantino, e sei que amanhã vai entrar uma emenda da Bancada do PMDB nesta Casa, mas é importante ressaltar que nós temos que levar idéias para que o Governo do Estado do Paraná caminhe de encontro ao futuro, caminhe de encontro ao ano 2.000. Não me canso de repetir - repeti essa semana, no meu programa de televisão - que na legislatura passada o Deputado Algaci Túlio apresentou um projeto nesta Casa que eu achava de fundamental importância, e até hoje não foi colocado em prática - nem no passado, nem no presente. Espero que no futuro venha a ser colocado em prática, que era o projeto em que todos os carros roubados no Estado do Paraná, e que estavam apodrecendo nas delegacias de polícia - Deputado Colombino, Deputado Paulo Maia, Deputado Algaci e Deputado Oswaldo Trevisan. Têm delegacias no interior do Paraná - o Senhor há de convir - que carros são apreendidos e ficam apodrecendo nos pátios como no município de Sertaneja. Apodrecendo no pátio.

O Deputado Algaci entrou com o projeto e eu entrei com uma emenda em que pedimos ao Governo do Estado do Paraná, que todos

Curitiba, terça, em 10.08.93

os carros roubados e apreendidos no Estado do Paraná, não fossem usados como "cabriatas" nas mãos da polícia. A polícia tem que ser dotada de viatura pagas pelo Governo do Estado, e os carros tinham que ser novamente encaminhados a seus proprietários.

E o Projeto do Deputado Algaci, a minha emenda naquela época, era que, todos os carros roubados fossem publicados nos jornais: "Gazeta do Povo", "Tribuna do Paraná", "Diário Popular", "Folha de Londrina", "Correio de Notícias", Jornais de Cianorte, Jornal de Umuarama, Jornal de Alto Piquiri, Jornal de Cornélio Procopio, jornais de todos os municípios do Paraná. Projeto de fundamental importância que até hoje não foi colocado em prática, e em centenas de Delegacias do Paraná carros estão apodrecendo nos pátios, e o Projeto do Deputado Algaci Túlio era que esses carros fossem colocados nos jornais e acrescentei uma emenda que também fossem usadas as emissoras de rádio no horário pago do Governo do Estado, e até os jornais locais em que o locutor dissesse: "Atenção, você que teve o seu carro roubado, atenção para a lista dos carros encontrados no Estado do Paraná".

Então, o proprietário que teve seu carro roubado, ele saberia: "meu carro está em determinado local à minha disposição".

Isso é de fundamental importância. Esse projeto que estou apresentando - conforme debati com o ilustre Líder da Bancada do PMDB, o Deputado Renato Adur - é um projeto que é uma idéia, e essas idéias têm que ser colocadas em prática.

O Deputado Rosinha esses dias apresentou um Projeto que achei de fundamental importância, que teremos de agora em diante, entrar em todas as delegacias de polícia sem pedir ordem. Teremos o direito de entrar em todas as penitenciárias - não só do Paraná, mas do Brasil - sem ter que anunciar. Se houver uma denúncia, nós todos, esse Parlamento, tem o direito de entrar e perguntar o que está acontecendo dentro desta delegacia.

E este projeto, Senhores... Esta semana foram preso dois menores que mataram um motorista de táxi. Mataram, deram um tiro na cabeça estupidamente. O que o Delegado ia fazer? Ele precisava de uma assistente social na hora. Ele precisava da assistente social para localizar a família. Nos Estados Unidos, tudo bem, nós somos Brasil, mas esse País é uma maravilha, meu Deus do céu, esse País não pode retroceder com fusca, com carroça, com fogão à lenha, nós temos que ir para frente.

Quer dizer, precisava ali duma psicóloga para conversar com os senhores assassinos. O delegado não é psicólogo, o dele-

gado não é assistente social. Tínhamos que ter uma psicóloga para conversar, tínhamos que ter uma sala como existe nos Estados desenvolvidos: uma sala com um advogado, uma assistente social e uma psicóloga. Traz os meninos, passa pela psicóloga, o advogado acompanhando; se é preciso, a assistente social já chama um promotor para acompanhar o caso. O delegado apenas vai cumprir as formalidades, o que diz o Código Penal.

Ontem, em Pinhais, foi preso um menor de treze anos de idade que tem sessenta passagens pela Polícia Militar e Civil do Paraná. Em Londrina foram presos dois menores com mais de cem passagens pelas Polícias Militar e Civil da minha cidade. O delegado disse: "o que vou fazer?" Eu tinha que ter aqui agora uma psicóloga, uma assistente social, para conversar com o menor e ver o problema. "Onde você mora? Quem é o seu pai? Quem é a sua mãe? Você tem casa própria? Não tem. O seu pai trabalha? Não trabalha". Traz a psicóloga para conversar, vamos analisar. Pega-se a viatura e, imediatamente, vai buscar a família e a traz ali. Vamos ver se é um problema de viciado em drogas. Às vezes, prende-se um traficante e ele chega na delegacia e diz: "eu sou um viciado". Mentira!

Desceu, ontem, na rodoferroviária, um cidadão, mau-caráter, cretino, assassino dos nossos filhos, com uma tonelada de maconha e com a maior cara-de-pau disse na frente do delegado que era um viciado - com uma tonelada de maconha!

Então, tinha que ter na hora uma assistente-social, uma psicóloga para conversar e imediatamente encaminharia o traficante para fazer um exame de urina, um exame de sangue para saber se ele era dependente ou não. Daria o resultado e, imediatamente, estaria ali um advogado para acompanhar.

O que peço nesse projeto é que se crie. Quantas psicólogas que se formam nas Universidades do Paraná e estão vendendo cachorro-quente nas ruas; quantas assistentes sociais saem das Universidades do meu Estado - deste Paraná bendito, desse Paraná da educação - quantas assistentes sociais estão desempregadas no meu Estado, quantas psicólogas estão desempregadas, quantas assistentes sociais poderiam ser empregadas pelo Governo do meu Estado, quantas assistentes sociais poderiam ter um emprego dentro duma delegacia de polícia?

Nós queremos uma segurança que vá de encontro a uma Califórnia do futuro, ao ano 2.000. Por isso é que peço aos Senhores: votem com esse projeto.

Amanhã o Deputado Oswaldo Trevisan vai apresentar uma emenda. Sei que não posso

legislar aqui o dinheiro do Governador, o dinheiro é dele, ele vai fazer se ele achar conveniente. Quero oferecer, e quero que fique registrado nos Anais desta Casa, que plantei esse projeto como todos os Senhores plantam os seus projetos e as suas idéias.

Então, estou plantando uma idéia ao Governo e que ele a coloque em prática, se ele achar que pode, dentro do seu orçamento. Que possa evoluir a segurança do nosso Estado, porque a psicóloga, a assistente social vêm muito ajudar às famílias que têm passado por crimes violentos e também ajudar aqueles que são presos e que o delegado não pode fazer nada.

Então, ele tem que ter dentro da sua sala a sua psicóloga, a sua assistente social e também ter ali um advogado pago pelo Governo do Estado do Paraná para prestar assessoria. Então, a assistente social vai correr atrás dos trâmites legais para resolver o problema de cada delegacia de polícia.

Por favor, votem comigo, votem com o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Quero dizer a V.Exa. e ao Plenário da Casa que nós, efetivamente, conversamos com o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti e fizemos um entendimento: que transformemos o Projeto em autorizativo. E é neste sentido a Emenda que entrará em 2.^a discussão.

Por esta razão faço um apelo a nossa Bancada - Bancada de sustentação ao Governo - para que votemos favoravelmente, hoje, em 1.^a discussão, ao Projeto do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

E, amanhã, estaremos votando com a nossa Emenda apresentada em 2.^a discussão.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

Queria falar sobre um fato que ocorreu comigo, para ilustrar o que o Deputado Alborghetti disse. É em relação à listagem que deverá ser publicada nos jornais dos veículos roubados.

Há três anos atrás, tive um veículo roubado, que foi daqui para Campo Grande. A polícia de Campo Grande prendeu o carro imediatamente. O carro ficou lá durante esses três anos. E só depois de passado este tempo, e já "depenado" pela polícia, é que fiquei sabendo. E a população vizinha me disse: "eles encostaram este carro aí e nunca mais!" Um carro novo! Simplesmente eles sabiam que o carro era de Jandaia do Sul. Sabiam que

havia sido feita a falsificação de documento em Jardim Alegre - Paraná, no Vale do Ivaí. Não deram notícias! É tão longe, não é?!

Na verdade é muito perto e num minuto nós poderíamos saber. Mas infelizmente a falta de interesses dos informantes é muito grande.

Por acaso, agora, nós temos as grandes companhias de seguros que contratam detetives particulares para fazerem um levantamento dos carros roubados e presos nas delegacias. E por acaso, um detetive de São Paulo resolveu ligar. E a polícia descobriu que lá estava o meu carro. Mas foi um prejuízo grande pois ele foi todo "depenado" na própria delegacia. É lamentável!

Então, este projeto, Alborghetti, que você defende já há muito tempo, desde o outro mandato, esse de criar o cargo de Assistente Social é realmente muito bom. E o Estado investe tanto dinheiro, o que é importante, é claro, mas este, sem dúvida nenhuma, iria melhorar bem a imagem do nosso Estado do Paraná e principalmente da polícia - que está precisando.

Apoiamos inteiramente o seu projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para complementar, gostaria de pedir à Presidência: este Projeto do Deputado Algaci Túlio já foi aprovado nesta Casa. É de fundamental importância, Deputado Trevisan - V.Exa. que é muito ligado ao Governo Roberto Requão, e não tenho nada contra - revise este projeto.

É muito importante, para que todos os carros sejam anunciados e que milhares de paranaenses possam recuperar seus carros roubados e abandonados em milhares de delegacias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o Projeto.

Os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto, queiram levantar-se. **Aprovado**, em 1.ª discussão.

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 367/92, de autoria do Deputado Dr. Rosinha. Institui o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 168/92, de 24.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 367/92

P A R E C E R:

Trata-se de proposição visando instituir o SISTEMA DE CENTRAIS DE VAGAS HOSPITALARES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), vinculando hospitais públicos e privados do Estado ou Municípios, mediante convênio

a ser definido através de regulamentação posterior.

Inexiste óbice constitucional e em seus aspectos legal e regimental, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 01.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 367/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Dr. Rosinha, o presente plano de lei objetiva instituir o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares ao Sistema Único de Saúde (SUS), vinculando hospitais públicos e privados do Estado ou Municípios, mediante convênio a ser definido através de regulamentação posterior.

No que diz respeito ao aspecto legal da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça manifestam-se favoravelmente.

Quanto ao mérito, sobre o qual é chamado a opinar, esta Comissão considerou a medida justa e oportuna não encontrando nenhum obstáculo a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Sendo estas as considerações, nosso parecer é favorável a aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Projeto sobre a questão de Central de Vagas visa um melhor atendimento da população paranaense. Sabemos que, com a municipalização do sistema de saúde, o município é responsável, no âmbito dos seus limites, a legislar e a executar os serviços e os trabalhos do programa da área de saúde.

E os municípios grandes já têm constituído as suas Centrais de Vagas.

O objetivo deste projeto é fazer com que o Governo do Estado assuma a sua responsabilidade nas diversas regionais constituindo as Centrais de Vagas quando este paciente necessitar sair do município. Implica em economia para o município, para o Estado e para o paciente, porque a viagem só vai se dar no momento em que a vaga já está reservada no hospital que vai recebê-lo, ninguém sairá de um município do interior para vir ser atendido por um especialista em Curitiba, chegando aqui e ficar batendo de porta em porta do hospi-

tal, ele já vem com sua vaga garantida, já traz a documentação necessária para efetuar o seu internamento.

A alegação de que o governo investirá muito e que acarretará despesas, podem ser despesas a curto prazo, além do prazo há uma economia aos cofres públicos municipais e estaduais e há uma economia para esses pacientes, porque não é necessário ficar pagando hotel dois ou três dias até aparecer a vaga, não é necessário ficar pagando essa alimentação, chega e já é internado imediatamente porque já foi consultado ou por telefone, ou por terminal de computador, ou por fax.

Nesse sentido é que pedimos o apoio de todos os Senhores Deputados para votarem favoráveis a este projeto.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, vamos nos manifestar contrários ao projeto do nobre Deputado Dr. Rosinha - conquanto seu zelo pela melhoria da saúde no Estado do Paraná, na sua condição de médico - porque o projeto, toda questão do sistema de saúde já está prevista nos artigos 196 e seguintes da Constituição Federal.

Então por esta razão, o projeto do nobre Deputado Dr. Rosinha que institui um sistema de centrais de vagas hospitalares é um projeto que cria despesas para o Estado e por esta razão também ele foge da competência porque nós não podemos criar nem aumentar despesas.

Nós vamos nos manifestar contrariamente ao projeto.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, gostaria de propor à Liderança do Governo, que ao invés da orientação, rejeição da matéria, pudéssemos adotar a mesma solução que tivemos em relação ao projeto de lei da lavra do Deputado Alborghetti, isto é, converter este projeto, dar a este projeto caráter autorizatório, autorizar o Poder Executivo a instituir este sistema de centrais de vagas hospitalares.

É uma medida de natureza político-administrativa que possa ter o Poder Executivo e que deve ter no sentido de modernização do Sistema de Saúde Pública no Estado do Paraná.

A idéia me parece positiva, Deputado Líder, Renato Adur e não seria talvez correto que rejeitássemos pura e simplesmente sem levar à apreciação do Poder Executivo uma indicação e conferindo a esse projeto na segunda discussão, caráter autorizatório.

Não teríamos assim o prejuízo, a tese que sustenta aqui o Deputado Florisvaldo Fier de um lado, e de outro ofereceríamos esta possibilidade do Poder Executivo

apreciar a matéria; ou então se a liderança do governo não concordar com essa alternativa de conferir caráter autorizativo ao projeto, que pudéssemos converter - talvez na segunda discussão - o projeto em diligência junto ao Secretário de Estado da Saúde, para que pudéssemos ter a manifestação oficial da Secretaria de Estado da Saúde.

Essas seriam as considerações que faço às Lideranças do PMDB e do Governo.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, diante desta ponderação do nobre Deputado Turra, reformulo o meu posicionamento e vamos votar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está aprovado o projeto.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 082/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 19, de 22.03.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 082/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física.

A iniciativa objetiva regulamentar o Artigo 222 da Constituição Estadual que trata da adaptação dos veículos de transporte para a utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim, tendo em conta tais considerações, emito parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N° 082/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física.

A iniciativa objetiva regulamentar o

Artigo 222 da Constituição Estadual que trata da adaptação dos veículos de transporte para a utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Sob o ponto de vista da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não há óbice para que o referido Projeto tenha tramitação legal nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei n° 082/93.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 114/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Dispõe sobre a gratuidade do uniforme, aos empregados da Administração Pública do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 28, de 06.04.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 114/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, dispõe sobre a gratuidade do uniforme aos funcionários de qualquer dos Poderes do Estado.

A matéria foi encaminhada aos respectivos Poderes para que os mesmos se manifestassem sobre a proposição. O Poder Judiciário esclareceu que "nos casos em que se exige o uso de uniforme, seu fornecimento é feito às expensas da administração, sem qualquer ônus para o servidor".

O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração, informa que "nas atividades essenciais que o uso de uniforme é indispensável, a Administração Pública, através de seus órgãos, fornece aos servidores o traje necessário". A SEAD informa ainda que a Polícia Militar tem a matéria regulamentada pela Lei n° 6417/73.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite do Projeto de Lei neste Poder Legislativo.

Assim, considerando os méritos da medida proposta, emito meu parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Curitiba, terça, em 10.08.93

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 114/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Namir Piacentini, dispõe sobre a gratuidade do uniforme aos empregados da Administração Pública do Estado do Paraná, conforme especifica.

A matéria já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito da Comissão de Finanças, na qual encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 132/93, de autoria do Deputado José Arthur Ritti. Fica estabelecido o limite de 120 (cento e vinte) quilômetros por hora como velocidade máxima a ser desenvolvida nas rodovias estaduais que contem com dupla faixa de rolamento de veículos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O.P.T.C. e CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.S.P.. (Publ. no D.A. n° 35, de 20.04.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 132/93

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de lei objetivando alterar o limite de velocidade nas rodovias estaduais.

Conquanto se trate de rodovia estadual é sabido que, nos termos do art. 22, inciso XI da Constituição Federal, compete privativamente a União legislar sobre a presente matéria, razão porque, data vênica, somos pela inconstitucionalidade da proposição.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 132/93

P A R E C E R:

O nobre Deputado José Arthur Ritti apresentou projeto de lei visando aumentar o limite de velocidade nas estradas estaduais para 120 quilômetros por hora.

Analisando a Constituição Federal, verifica-se que o Artigo 22, inciso XI estabelece que, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes.

Portanto, além de não ser da alçada estadual legislar sobre o assunto, deve ser salientado que os veículos nacionais, bem como as estradas brasileiras não oferecem condições de segurança para desenvolver velocidades muito altas.

Diante do exposto, manifesto-me pela rejeição da proposição.

O parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 16.06.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 132/93

P A R E C E R:

Acreditamos que pela falta de educação de Trânsito dos nossos motoristas ainda não é possível no Brasil aumentar a velocidade em nossas rodovias, sob risco de crescer ainda mais o número de acidentes onde já somos disparadamente os recordistas mundiais.

No momento somos portanto contrários a medida preconizada pelo ilustre Deputado José Arthur Ritti.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.C.E., C.A.I.C. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 36, de 26.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 138/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR.

Da análise do referido projeto, em razão de se tratar de medida meramente autorizatória, emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 138/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural-SEAR.

A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Agricultura e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no âmbito da Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tra-

mitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 138/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, de autoria do Ilustre Deputado Toti Colaço, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR.

No âmbito desta Comissão, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 138/93

P A R E C E R:

O projeto de Lei n° 138/93, ora sendo analisado por este relator, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR.

O presente plano de lei já mereceu por parte das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Educação, Cultura e Esportes parecer favorável.

Por sua vez este relator emite o seu parecer favorável, uma vez que não existe irregularidades alguma no presente projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 138/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR.

De acordo com a competência atribuída a esta Comissão pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, § 7° do art. 33, não encontramos óbices para a tramitação do presente.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 172/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Estabelece a obrigatoriedade da construção de passarelas para pedestres no perímetro urbano das rodovias estaduais e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 43, de 06.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 172/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente plano de lei estabelece a obrigatoriedade da construção de passarelas para pedestres no perímetro urbano das rodovias estaduais e dá outras providências.

Analisando a medida aqui proposta, sob os aspectos legal e constitucional, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento à tramitação normal deste projeto de lei pelos órgãos da Casa.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 172/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, o projeto de lei em tela, estabelece a obrigatoriedade da construção de passarelas para pedestres no perímetro urbano das rodovias estaduais e dá outras providências.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer, manifestou-se favorável à sua aprovação.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Finanças, segue o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 172/93

P A R E C E R:

Analisando o Projeto, notamos a análise constitucional, regimental e legal do referido projeto em epígrafe, temos a informar que, nada opomos para a sua normal tramitação dentro dessa augusta Casa de

Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.93

(aa) HEINZ HERWIG - Presidente
NAMIR PIACENTINI - Relator

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

Doze (12) Senhores Deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Não há número para votação, só para prosseguimento da Sessão.

Registramos a presença de 24 (vinte e quatro) Senhores Deputados em Plenário.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 184/93, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra que dá nova redação ao Inciso I, do artigo 4° da Lei n° 8.084, de 05 de junho de 1985. (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 47, de 12.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 184/93

P A R E C E R:

O projeto de Lei n° 184/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, dá nova redação ao inciso I, do Artigo 4° da Lei 8084, de 05 de junho de 1985, que trata do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Nos aspectos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua apreciação pelo Plenário, sendo favorável à sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 184/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Mário Bezerra, que objetiva dar nova redação ao inciso I, do art. 4° da Lei n° 8.084, de 05 de junho de 1985. (ICMS).

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante aos aspectos legal, constitucional e regimental, recebendo desta Parecer Favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posicio-

na-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 208/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia Especial da Mulher no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C. Encerrada a Discussão. (Publ. n° D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 208/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Namir Piacentini, objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia Feminina no Município de Bandeirantes.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável opinando pela aprovação da proposta.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 208/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei n° 208/93, ora em trâmite para exame por esta Comissão, autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia Especial da Mulher, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

A matéria, mereceu por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

Este relator, nada tendo encontrado de irregular no presente plano de lei, emite o seu parecer Favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 208/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Namir Piacenti-

ni, o presente plano de lei objetiva o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia Feminina no Município de Bandeirantes.

Procedida à análise legal pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a proposta recebeu parecer favorável.

Esta Comissão não encontrou nenhum impedimento à tramitação normal desta medida.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 215/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 215/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 215/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, que visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivaté ao Município de Icaraíma.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir a normal tramitação do referido projeto de lei neste Poder Legislativo.

Desta forma, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário deste Poder Legislativo, para posterior aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 215/93

P A R E C E R:

Analisando o projeto, notamos quanto a análise constitucional, regimental e legal do referido projeto em epígrafe, temos a informar que nada opomos para a sua normal tramitação dentro dessa augusta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) HEINZ HERWIG - Presidente
NAMIR PIACENTINI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 315/93, -

de autoria do Deputado João Preis, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Aloysio Mommensohn. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a Discussão.** (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 315/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Preis, o Projeto de Lei n° 315/93, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Aloysio Mommenhon.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 347/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Declara de Utilidade Pública Estadual a Igreja Evangélica Batista Independente de Mangueirinha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 98, de 26.07.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 347/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Annibelli objetiva declarar de Utilidade Pública a IGREJA EVANGÉLICA BATISTA INDEPENDENTE de Mangueirinha.

Constatamos que o projeto em tela encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto em pleno acordo com a legislação, inexistindo qualquer óbice tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 348/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Promoções Humanas São Carlos de Paula Freitas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 98, de 26.07.93.)

Curitiba, terça, em 10.08.93

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 348/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Antônio Annibelli, o Projeto de Lei n° 348/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual o "CENTRO DE PROMOÇÕES HUMANAS SÃO CARLOS DE PAULA FREITAS", com sede em Paula Freitas e foro na Comarca de União da Vitória.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 006/93, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes Intermunicipais. Aprova relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre aumento das passagens de ônibus intermunicipais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.P.I. dos Transportes Intermunicipais. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovado o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à apurar possíveis irregularidades no Processo autorizatório do aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

RELATÓRIO

Atendendo ao requerimento datado de 26.11.91, publicado no dia 03.12.91, foi constituída Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por nove membros para, no prazo máximo de 120 dias, apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do recente aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

Foram indicados para compor a Comissão, os Deputados: José Tavares, Dobrandino da Silva, Florisvaldo Fier, Cezar Silvestri, Nelson Garcia, João Iensen, Nilton Barbosa, Tadeu Lúcio Machado e Valdir Ros-

Após a instalação, eleitos os Deputados Tadeu Lúcio Machado, como Presidente, e José Tavares, Relator. Havendo sido prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão, assumiu a Presidência, na ausência do Deputado Tadeu Lúcio Machado, o Deputado Cezar Silvestri, e com o afastamento do Deputado Relator José Tavares, para exercer o cargo de Secretário de Estado, foi este Deputado designado pelo Senhor Presidente para assumir as funções de relator.

Foi convocado o Secretário dos Transportes Mário Pereira, para que prestasse esclarecimento sobre o processo autorizatório do recente aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

O Senhor Secretário foi ouvido no dia 18 de fevereiro do corrente ano, ocasião em que afirmou entender que a convocação da CPI foi motivada pelos aumentos diferenciados dados no dia 20 de novembro do ano de 1991, quando o DSTC definiu um novo aumento, levando em conta os custos e a remuneração do sistema, como um todo, quando se chegou à conclusão que a defasagem tarifária era de 42%.

Informou que a planilha de cálculo para o preço da passagem individual leva em conta todo o custo do sistema, o número de passageiros por quilômetro, dentre outras variáveis e com isso, determinam o preço da passagem e o preço do quilômetro rodado. As informações são prestadas pelas empresas, as quais são checadas pelo DSTC. Para tornar essas mais eficientes, a intenção é introduzir o sistema de bilhetação automática, o que dispensaria a coleta de informações. Feito isso, verificou-se que havia uma curva que dava uma diferença da maior quilometragem para a menor quilometragem de 52% no preço do quilômetro. Dessa forma, as linhas de longo percurso estavam sendo subsidiadas pelas de pequeno percurso, causando grande injustiça em razão dos pequenos trajetos serem utilizados com maior frequência pelos usuários, o que motivou a adoção da nova sistemática para corrigir a distorção.

Aproveitou a presença do chefe do DSTC pedindo que o mesmo oficiasse ao Sindicato dos Transportadores de Carga solicitando o envio de representantes para acompanhar, com atenção, o volume de carga nos pontos de maior fluxo de passageiros no Estado tendo em vista que nos percursos longos, o transporte de cargas têm peso importante na remuneração do sistema.

Terminado o depoimento do Sr. Secretário de Transportes, o Presidente da Comissão acatou a sugestão do Deputado Nelson Garcia, para ser ouvido o Senhor Germinal Pocá, ex-chefe do DSTC, no dia 19.02.92, às 10:00 horas.

O Senhor Germinal Pocá, compareceu e

declarou "que não foi demitido, e sim que pediu para sair. Entre outras coisas disse não acreditar que o governo seja incompetente, acreditando que o mesmo, vem trabalhando na solução do problema, problema este de vinte e cinco anos, uma vez que os avanços ocorridos no Município de Curitiba não influíram nos avanços do sistema intermunicipal.

Trouxe ao conhecimento da Comissão que as empresas com concessões vencidas giram em torno de 25%.

Afirmou que a formação da carga tarifária é baseada em dados que não sofrem, ao contrário das empresas estatais, nenhuma fiscalização do Tribunal de Contas ou do Poder Público. O estabelecimento da tarifa é feito usando dados que são levantados e que são tratados mecânica ou aritmeticamente para dar um certo valor.

No seu entender a curva teve uma intenção correta que é tratar com lógica o sistema tarifário, calculando de forma diferenciada, quando se constata que certos fatores da tarifa tem aumento diferenciado.

Interpelado pelo Deputado Cezar Silvestri, se concordava que realmente havia defasagem nas linhas de grande percurso com relação as de curto percurso, o que motivou até 87% de aumento nas linhas de grande percurso e 34% nas de curto, o depoente alegou que, pessoalmente, sempre procurou abordar a coisa por um outro ângulo. A tentativa de verificar se as empresas recebem pelos serviços prestados, (via contribuição dos usuários), o suficiente para se manter, dentro de um orçamento, ficando a tarifa encaixada num conceito de justiça.

Foram ouvidos o Senhor Areli Teixeira de Lara, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná e o Senhor Adair Casagrande - Presidente da RODOPAR.

Em seguida, foi convocado o Senhor Cezar Beloniel, Chefe do DSTC, para que o mesmo trouxesse por escrito, respostas aos seguintes quesitos:

- 1) valores concedidos de janeiro de 1987 a dezembro de 1991;
- 2) número de ônibus com as concessões vencidas que estão rodando, e se a depreciação dos mesmos está sendo contabilizada no cálculo da tarifa;
- 3) cópia de todos os termos de concessões e também qual é o percentual, por empresa, e total de ônibus vencidos que continuam rodando;
- 4) cópia xerox do livro de controle de DSTC com chassis, placas e especificações dos ônibus, vencidos ou não;
- 5) quantas são as licenças e as concessões vencidas nas linhas intermunicipais e quando será feita a licitação para pre-

enchimento dessas linhas vencidas;
6) levantamento dos bens patrimoniais das empresas.

A reunião para ouvir o Sr. César Beloniel foi marcada para o dia 08 de abril, na qual o mesmo compareceu e prestou os esclarecimentos solicitados que foram julgados satisfatórios.

CONCLUSÃO

Considerando que a Comissão não dispunha de técnicos que analise os documentos enviados pelo DSTC, RODOPAR, concluímos que não houve condições para afirmar a ocorrência de ilícitos ou não no processo autorizatório do aumento das passagens de ônibus intermunicipais. Assim sendo este relatório deve ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 04.11.92

(a) DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO

REAJUSTE DOS TRANSPORTES

COLETIVOS NO PARANÁ

Aos quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos Deputados; Florisvaldo Fier, Nelson Garcia, Valdir Rossoni, João Iensen, Dobrandino da Silva, sob a Presidência do Deputado Cezar Silvestri, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, para aprovar o relatório apresentado pelo Deputado Dobrandino da Silva. Lido e aprovado o relatório o Deputado Florisvaldo Fier pede a palavra e manda constar em Ata, que a comissão não dispunha de técnicos para que analisassem os documentos pelo DSTC e RODOPAR, dessa forma concluíram que não houve condições para afirmar a ocorrência de ilícitos ou não no processo autorizatório do aumento das passagens de ônibus intermunicipais. E ainda, o Sr. Presidente, Deputado Cezar Silvestri, ao dar por encerrados os trabalhos da C.P.I., solicitou que se fizesse constar nesta Ata, que, o atraso na apreciação do relatório desta Comissão se deve ao fato de haver o presidente anterior, Deputado Tadeu Lúcio Machado, se afastado, e pela mudança do Deputado Relator José Tavares, convidado pelo Senhor Governador para exercer o cargo de Secretário de Estado, que não entregou o relatório em tempo hábil, razão pela qual o atual Presidente solicitou prorrogação do prazo para conclusão desta C.P.I.. E para constar lavrei a presente Ata, a qual lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros presentes e por mim, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 04.11.92

(aa) CEZAR SILVESTRI

NELSON GARCIA

ROSSONI

DOUTOR ROSINHA

JOÃO IENSEN

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2803 e 2804, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2786, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 2802, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2801, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 023 e 027/93.

EM VOTAÇÃO

1.ª **DISCUSSÃO** - dos Projeto de Lei n°s 172, 184, 208, 215, 315, 347 e 348/93 e do de Resolução n° 006/93.

2.ª **DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei n°s 218, 367, 370 e 138/93.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução n° 064, de 17 de setembro de 1990, deste Poder,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 267/93

Art. 1° - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, reajuste em seus vencimentos, a partir de 1° de julho de 1993, conforme especifica:

I - Trinta por cento (30%), aos servidores de Regime Jurídico Único, C.L.T., e às pensões pagas por este Poder, a qual quer título;

II - Vinte e cinco por cento (25%), aos servidores Efetivos e Inativos.

Art. 2º - Os cargos em Comissão, ficam fixados nos valores constantes do Anexo I.

Art. 3º - Reajustar em quarenta e três por cento (43%), os cargos em Comissão, símbolo "G".

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 64.000,00 (Sessenta e quatro mil cruzeiros).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade, fica fixado em Cr\$ 497.740,11 (quatrocentos e noventa e sete mil e setecentos e quarenta cruzeiros e onze centavos).

Art. 6º - Reajustar em quarenta e três por cento (43%), o valor da Função Gratificada.

Art. 7º - O vencimento básico do Procurador deste Poder, fica fixado em Cr\$ 41.112.461,23 (quarenta e um milhões, cento e doze mil, quatrocentos e sessenta e um cruzeiros e vinte e três centavos).

Art. 8º - O limite a ser pago, a qualquer título aos servidores desta Assembleia Legislativa, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário de Estado, acrescido de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 9º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 20.07.93

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO

2º Secretário

ANEXO I

JULHO	REPRESENTAÇÃO
DAS-1: 20.335.245,95	30.987.846,74
DAS-2: 18.398.253,25	27.925.491,29
DAS-3: 17.021.089,93	25.835.284,77
DAS-4: 14.886.901,17	22.595.547,68
DAS-5: 13.479.172,14	20.459.128,00
1-C: 8.698.671,24	5.112.037,58
3-C: 7.415.924,41	4.358.198,69
4-C: 6.849.927,71	4.025.566,78
6-C: 6.052.596,12	3.435.928,82

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 12.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Valdir Rossoni, Toti Colaço, Paulo Maia, Emilia Belinati, Antonio Costenaro Neto, Colombino Grassano, Arlindo Troian e Luis Antonio Setti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, passando à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 347/93 do Deputado Antônio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 331/93 do Deputado Arlindo Troian. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 312/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 348/93 do Deputado Antônio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 315/93 do Deputado João Preis. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 310/93 do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 311/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 276/92 do Deputado Luiz Carlos Martins. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 337/93 do Deputado Nelson Justus. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 327/93 do Deputado Nelson Justus. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 23/93 que veta o Projeto de Lei nº 155/93 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 336/93 do Deputado Nelson Justus. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 339/93 do Deputado Algaci Túlio. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 325/93 do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 317/93 do Deputado Lourenço Fregonese. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 332/93 do Deputado Arlindo Troian. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 340/93 do Deputado Algaci Túlio. O Deputado Relator, Antonio Costenaro Neto, requer

diligência - DEFERIDO; 18) Proposição Veto n° 25/93 que veta o Projeto de Lei n° 290/93 da Procuradoria Geral da Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 19) Proposição Veto n° 27/93 que veta o Projeto de Lei n° 75/93 do Deputado Valdir Rossoni. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 344/93 do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 324/93 do Deputado Nelson Justus. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 198/92 do Deputado Florisvaldo Fier. PARECER CONTRÁRIO à Emenda, do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 338/93 do Deputado Renato Adur. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 318/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 25) Proposição Veto n° 26/93 que veta o Projeto de Lei n° 291/93 do Tribunal de Contas do Estado. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 342/93 do Deputado Djalma de Almeida César. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 181/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Depu-

Curitiba, terça, em 10.08.93

tado Nilton Barbosa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto do ano de mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Euri-des Moura apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária